



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA E MUSEOLOGIA
BACHARELADO EM MUSEOLOGIA

MARCELO RODRIGUES SERRÃO

GESTÃO DE ACERVOS E ENDOSSOS INSTITUCIONAIS: os desafios das reservas técnicas das instituições de guarda e pesquisa.

RECIFE
2023

MARCELO RODRIGUES SERRÃO

GESTÃO DE ACERVOS E ENDOSSOS INSTITUCIONAIS: os desafios das reservas técnicas das instituições de guarda e pesquisa.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Antropologia e Museologia (DAM) da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para a aprovação na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso II e a obtenção do grau de Bacharel em Museologia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Ana Cláudia de Araújo Santos

RECIFE

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Serrão, Marcelo Rodrigues .

Gestão de acervos e endossos institucionais: os desafios das reservas técnicas das instituições de guarda e pesquisa. / Marcelo Rodrigues Serrão. - Recife, 2023.

96 : il., tab.

Orientador(a): Ana Cláudia de Araújo Santos

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Museologia - Bacharelado, 2023.

Inclui referências, apêndices.

1. Instituições de guarda e pesquisa. 2. reservas técnicas. 3. legislação. 4. acervos. 5. arqueologia de contrato. I. Santos, Ana Cláudia de Araújo. (Orientação). II. Título.

300 CDD (22.ed.)

MARCELO RODRIGUES SERRÃO

GESTÃO DE ACERVOS E ENDOSSOS INSTITUCIONAIS: os desafios das reservas técnicas das instituições de guarda e pesquisa.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Antropologia e Museologia (DAM) da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para a aprovação na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso II e a obtenção do grau de Bacharel em Museologia.

Recife, 05 de maio de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Caroline Borges
Universidade Federal Rural de
Pernambuco

Prof.^a Dra. Emanuela Sousa Ribeiro
Universidade Federal de Pernambuco

Prof.^a Dra. Ana Cláudia de Araújo Santos
Universidade Federal de Pernambuco

Dedico esta monografia à minha esposa Gleyce cujo incentivo foi essencial para o início do curso e na conclusão deste trabalho. Grato pela sua compreensão com as minhas horas de ausência. Da mesma forma dedico às minhas filhas Clarissa e Lis e aos meus pais Cleófas e Ruth (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Primeiramente à Deus!

Aos professores do curso pelo profissionalismo, dedicação e amor pelas cadeiras lecionadas bem como a capacidade de estimular-nos ao conhecimento.

Agradeço às pessoas que me ajudaram com essa pesquisa em especial Prof. Ana Claudia, Prof. Carlos Costa e Sr. Alvandyr Bezerra. Grato pela disponibilidade.

Aos colegas do curso de Museologia na UFPE pela presença e auxílio nas atividades de estudo e de pesquisas.

Meu muito obrigado.

“É responsabilidade básica dos profissionais de museus criar e manter ambientes adequados para a proteção dos acervos e sua guarda, tanto em reserva, como em exposição ou em trânsito.” (ICOM, 2009, p. 10).

RESUMO

Há um consenso na comunidade museológica que existem inúmeras instituições com problemas de armazenamento em suas reservas técnicas bem como sua infraestrutura em geral. A situação perpassa pela falta de recursos financeiros, a falta de estruturas básicas de conservações bem como problemas crônicos de espaços e de acomodações. Considerando esses aspectos, o presente trabalho analisou a estrutura de gestão e de armazenamento de acervos arqueológicos resultantes de endossos institucionais realizando um estudo de como as instituições tendem a manter a guarda dos bens arqueológicos coletados - como prevista na normativa do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional 01/2015 e apoiada pela portaria do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nº196. Além disso, promove uma discussão acerca de como manter um espaço nas reservas técnicas operacional recebendo acervo de diversos contratos. Metodologicamente a abordagem será qualitativa sendo utilizadas pesquisas documentais e bibliográficas além de um estudo de caso na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e entrevista um com profissional da área de arqueologia de contrato, como objetos. Os resultados obtidos ajudaram a entender as dificuldades de armazenamento dos materiais dos espaços físicos nas reservas técnicas sendo possível uma discussão sobre o tema com as normas atuais e as dificuldades encontradas por uma Instituição de Guarda e Pesquisa.

Palavras-chave: Instituições de guarda e pesquisa; reservas técnicas; legislação; acervos; arqueologia de contrato.

ABSTRACT

There is a consensus in the museological community that there are numerous institutions with storage problems in their technical reserves as well as their infrastructure in general. The situation goes through the lack of financial resources, the lack of basic conservation structures as well as chronic problems of spaces and accommodation. Considering these aspects, the present work analyzed the structure of management and storage of archaeological collections resulting from institutional endorsements, carrying out a study of how institutions tend to keep the custody of the collected archaeological assets - as provided for in the regulations of the Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional 01/2015 and supported by the ordinance of the Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nº196. In addition, it promotes a discussion about how to maintain a space in the operational technical reserves receiving collections from different contracts. Methodologically, the approach will be qualitative, using documentary and bibliographical research, as well as a case study at the Federal University of Recôncavo da Bahia and an interview with a professional around contract archeology, as objects. The results obtained helped to understand the difficulties of storing materials from the physical spaces in the technical reserves, making it possible to discuss the subject with current norms and the difficulties encountered by a Instituição de Guarda e Pesquisa.

Keywords: Institutions; Technical reserves; legislation; collections; contract archeology.

LISTAS DE QUADROS

QUADRO 1	ESTRUTURA DA MONOGRAFIA	18
QUADRO 2	ATIVIDADES DA PESQUISA	21
QUADRO 3	INSTITUIÇÕES DE GUARDA E PESQUISA - BA	27
QUADRO 4	ROTEIRO DE ENTREVISTA QUANTO À RESERVA TÉCNICA (RT) - UFRB – REF 196/2016	42

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1	IPHAN BA – NÚMEROS DE PORTARIAS GERAIS.	25
Figura 2	IPHAN BA – NÚMEROS DE PORTARIAS ÚLTIMOS ANOS	26
Figura 3	IPHAN BA – INTITUTOS DE GUARDA E PESQUISAS	26
Figura 4	RT 1 – UFRB	39
Figura 5	RT 2 – UFRB	40
Figura 6	RT 3 – UFRB	41

LISTAS DE GRÁFICOS

Gráfico 1	STATUS INSTITUTOS DE GUARDA E PESQUISAS BA.	29
-----------	---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IPHAN	-	INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
UFRB	-	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
UFPE	-	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CNIGP	-	CADASTRO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DE GUARDA E PESQUISA
CNA	-	CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA
FCA	-	FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE
TRE	-	TERMO DE REFERÊNCIA ESPECÍFICO
CONAMA	-	CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE
EIA	-	ESTUDO DE IMPACTOS AMBIENTAIS
ICOMOS	-	CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTO E SÍTIOS
CNA	-	CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA
CNIGP	-	CADASTRO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DE GUARDA E PESQUISA
RT	-	RESERVA TÉCNICA
IGP	-	INSTITUIÇÕES DE GUARDA E PESQUISA
CAPES	-	COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2. LEGISLAÇÃO DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO	22
2.1 ENDOSSO INSTITUCIONAL	23
2.2 NÚMEROS DE PORTARIAS E IGP's PELO IPHAN.....	24
3 O PROCESSO DE GUARDA DE ACERVOS ARQUEOLÓGICOS.....	30
4 RESERVA TÉCNICA: REALIDADE E DIFICULDADES DOS ACERVOS ARQUEOLÓGICOS.	37
4.1 CONDIÇÕES DA GUARDA DOS ACERVOS ARQUEOLOGICOS DA UFRB....	37
4.2 ARQUEOLOGIA DE CONTRATO E OS ENDOSSO INSTITUCIONAIS	44
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS.....	50
APÊNDICE A –	53
APÊNDICE B –	57
APÊNDICE C –	82

1 INTRODUÇÃO

O Trabalho de Conclusão de Curso situa-se no campo da gestão das reservas técnicas, mais precisamente em relação aos materiais advindos de endossos institucionais. Tendo em vista a escassez de escritos sobre o tema, e poucas discussões no assunto, o trabalho objetiva analisar a estrutura de gestão e de armazenamento de acervos arqueológicos resultantes de endossos institucionais tendo a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia como estudo de caso.

Ao longo da pesquisa é exposta a relação entre as Instituições de Guarda e Pesquisa através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) do Estado da Bahia, e sua quantidade de instituições aptas a receberem materiais endossados, e a realidade das reservas técnicas, mais precisamente advindos de projetos de arqueologia de contrato termo utilizado largamente no Simpósio “A arqueologia no meio Empresarial” que ocorreu em Goiânia de 28 a 31 de agosto de 2000 que foi documentado no livro da Prof. Dra. Tânia Andrade de Lima que recebe o mesmo título.

A arqueologia preventiva e a arqueologia de contrato são abordagens distintas utilizadas na prática arqueológica, especialmente em contextos de intervenções de obras públicas ou privadas. Embora ambas estejam relacionadas à preservação do patrimônio arqueológico, existem diferenças significativas entre elas. Dessa forma é possível o entendimento de suas particularidades.

A arqueologia preventiva refere-se a um conjunto de medidas e procedimentos adotados para identificar, avaliar e mitigar o impacto potencial de intervenções humanas no patrimônio arqueológico antes de sua destruição ou alteração irreversível sendo seu objetivo principal proteger, preservar o patrimônio cultural, realizando levantamentos e escavações sistemáticas em áreas consideradas sensíveis, onde se espera encontrar vestígios arqueológicos de forma a evitar:

“[...] ...sua destruição em função de projetos desenvolvimentistas e desenvolvendo, para a tão necessária pesquisa acadêmica, métodos não-invasivos, que o mesmo tempo permitam o progresso científico da arqueologia e limitem os procedimentos tradicionais que exauram os bens arqueológicos, legado das gerações pretéritas da humanidade às gerações futuras.” (CALDARELLI, 1999).

Já no caso da chamada arqueologia de contrato refere-se à prática arqueológica realizada como parte de um contrato ou acordo entre um empreiteiro ou um órgão governamental onde é exigida por lei condutas para garantir que os impactos arqueológicos sejam avaliados e tratados antes da execução de projetos de construção, mineração, exploração de recursos naturais, entre outros (CALDARELLI, 1999). Dessa forma, optei por utilizar a expressão “Arqueologia de Contrato” por achar mais aderente ao objeto proposto na pesquisa.

Sabe-se que para a aprovação dos projetos de pesquisa no IPHAN, o endosso é uma das condições primordiais. Mas para isso necessário que a instituição de guarda seja cadastrada e aprovada para exercer tal atividade.

Todo o processo inicia-se com Cadastro Nacional das Instituições de Guarda e Pesquisa (CNIGP) que é mantido pelo Centro Nacional de Arqueologia (CNA) e apareceu com a necessidade de se controlar as instituições que possuem a guarda de coleções provenientes de projetos de arqueológica. Dessa forma o CNIGP foi criado através de fiscalizações realizadas pelo CNA em diligências à diversas instituições que mais endossaram pesquisas no Brasil.

Uma vez que a instituição está devidamente cadastrada e aprovada, ela consegue emitir endossos e receber os materiais, para tal existe uma verificação no preenchimento de um formulário de fiscalização além de registro fotográfico, verificação das estruturas, equipes, setores, atividades, problemas, documentação, gerenciamento, estado de conservação, armazenamento e acondicionamento do acervo. (BRASIL, IPHAN, portaria n°. 196, de 18 de maio de 2016)

As empresas de obras públicas, por exemplo, que precisam fazer manutenções estruturais diversas, como água e esgoto ou de pavimentação, dependendo da área onde irão ocorrer tais intervenções, precisam de autorização prévia para o início das obras. Assim, faz-se necessária no processo, a participação de uma Instituição de Guarda e Pesquisa (IGP) que possa receber os materiais que, porventura, forem encontrados no decorrer da obra.

Dessa forma, nesse documento, realizei um levantamento de referências bibliográficas relacionadas à legislação de proteção ao patrimônio arqueológico vigente bem como ao endosso institucional além de um estudo de caso na Universidade

Federal do Recôncavo da Bahia em relação aos materiais recebidos através de endossos e as condições dos espaços que os recebem, chamados tecnicamente de reservas técnicas.

Notam-se reservas que as técnicas estão extremamente sobrecarregadas muitas vezes sem recurso para guarda dos materiais, algumas sem estrutura de armazenamento e gestão dos materiais, comprometendo o armazenamento conforme a portaria IPHAN nº 196 que é uma portaria que possui recomendações que visam:

“[...] orientar o Iphan, os pesquisadores, os responsáveis pelas Instituições de Guarda e Pesquisa e demais agentes envolvidos na gestão dos bens móveis arqueológicos acerca dos requisitos mínimos que deverão ser considerados na conservação de bens móveis arqueológicos”
(BRASIL, IPHAN, portaria nº. 196, de 18 de maio de 2016).

Sabendo dessa problemática e da responsabilidade e atribuições do museólogo, como previsto em lei através do reconhecimento da profissão em 1984, o assunto em torno dos endossos institucionais tornou-se interessante e necessário. Nesse sentido, a pergunta que norteou o desenvolvimento dessa pesquisa, foi: Como a reserva técnica da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia mantém a guarda e o amparo dos bens coletados? Visando entender e responder esse questionamento, foi desenvolvido um estudo de caso na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia instituição responsável pela guarda de acervo arqueológico a partir dos endossos institucionais e uma entrevista com um profissional da área da arqueologia de contrato que possui contratos vigentes com a iniciativas públicas e privadas e sua visão nesse contexto.

Como objetivo do estudo analisei a estrutura de gestão e de armazenamento de acervos arqueológicos resultantes de endossos institucionais tendo como base a Portaria nº 196 do IPHAN, que foi desdobrado nos seguintes objetivos específicos: 1) Descrever o processo de guarda de acervos arqueológicos a partir dos endossos institucionais; 2) Avaliar a realidade atual da reserva técnica da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia para a guarda de acervos arqueológicos e, 3) Identificar as dificuldades institucionais em relação aos endossos institucionais de acervos arqueológicos.

Do ponto de vista pessoal, esta pesquisa se justifica devido à minha vivência profissional onde atuo na área administrativa e comercial de uma empresa de Arqueologia de Contrato e participo de reuniões diversas com clientes e corpos técnicos.

Do ponto de vista científico, destaca-se três momentos que contribuíram para a gestão de acervos, sobretudo, pelo aspecto de sua conservação adequada. O primeiro deles, ocorrido entre os anos 1957 e 1977, quando “os britânicos tiveram um papel especial na salvaguarda do patrimônio já que eles sensibilizaram o mundo sobre a importância do clima e da umidade, especialmente a relativa”, o que pode ser visto como a primeira etapa da conservação preventiva (GUICHEN, 2009, p.37). O segundo a ser destacado é quando Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro de Bens Culturais (ICCROM) organiza o Curso de Preservação em Museus em 1975 que foi ministrado para administradores, curadores, arquitetos e conservadores-restauradores. Tal curso abriu caminho para reconhecer e conscientizar os profissionais dessas áreas a importância do clima, e outros diversos canais de agressão, bem como a necessidade de organizar as coleções. No período de 1975 a 1990 houve um aumento de agendas agressores do patrimônio. E, por fim, o que se entende, como a terceira etapa da conservação preventiva, que se deu a partir de 1990 a 2005 através de Robert Waller que em “Avaliação de Riscos” pela primeira vez voltada para patrimônio e Stefan Michalski apresenta sua primeira versão da “tabela de preservação” (GUICHEN, 2009, p. 37-38-40).

Nessa mesma linha, em, “As reservas técnicas em museus: um estudo sobre os espaços de guarda dos acervos” (BACHETTINI, 2017) a autora destaca que para Guichen (2009) a Conservação Preventiva ampliou o campo de atuação, além de uma mudança de mentalidade na gestão do patrimônio. Além disso, autores como Robert Waller (1994) fala sobre “Avaliação de Riscos” e Michalski (2004) apresenta a chamada “tabela de preservação” na qual são confrontados os agentes e a estratégia de intervenção e as suas fases.

Destacam-se também as contribuições em “Gestão de Acervos: Proposta de Abordagem para a Organização de Reservas” (AMARAL, 2011), para ela, o principal objetivo da utilização de sistemas de armazenamento e de acondicionamento é providenciar a segurança física dos objetos. Além da importância em relação à sua proteção contrachocos ou vibrações e diversos outros fatores que são entendidos como ameaças à integridade. Dessa forma, unindo as visões de ambas as autoras, nota-se a importância das etapas de conservação, de avaliações de riscos e dos sistemas de armazenamentos.

Trazendo essa realidade para a Museologia e, conseqüentemente, para as responsabilidades do museólogo fica evidente o papel de preservação dos bens com

o reconhecimento da profissão e das atribuições do museólogo através da Lei n 7.287 de 18 de dezembro de 1984, em seu Art. 3 onde é citado “[...] coletar, conservar, [...]” (IPHAN, 2015, p.1). Assim as atribuições do museólogo passam de meramente prezar pela conservação, mas lhe é imputado a responsabilidade por tal.

Sabe-se que a Arqueologia de Contrato é pautada pela instrução normativa 01/2015 do IPHAN. Nela é abordada em seu capítulo V as responsabilidades das instituições de guarda e o amparo legal dos bens arqueológicos. Tal normativa tem respaldo pela portaria IPHAN Nº196 onde é citado em seu anexo VIII no item 15 onde “Recomenda-se que os valores arrecadados pela instituição via endosso sejam investidos na manutenção do edifício e nos acervos”.

Para que sejam recebidos os artefatos coletados pelas instituições está previsto o endosso institucional como forma de contribuição financeira ou benfeitoria para salvaguarda do bem. Estes são estipulados mediante tempo de execução de obra verificados nas portarias emitidas pelo IPHAN.

A estrutura da monografia foi pensada em quatro seções específicas que se completam ao final do estudo apresentando uma conclusão nas considerações finais.

O quadro 1 exibe a estrutura da pesquisa:

QUADRO 1 – ESTRUTURA DA MONOGRAFIA	
SEÇÃO	TÍTULO
PRIMEIRA	Legislação de Proteção ao Patrimônio Arqueológico.
SEGUNDA	O processo de guarda de acervos arqueológicos.
TERCEIRA	Reserva técnica: realidade e dificuldades dos acervos arqueológicos.
QUARTA	Considerações finais.

Na primeira seção, eu descrevo os conceitos gerais bem como uma revisão literária do tema, passando pela legislação de proteção ao patrimônio arqueológico e endosso institucional.

Na segunda seção apresento o processo de guarda de acervos arqueológicos a partir dos endossos institucionais. Foram visitados os documentos oficiais,

como normativas e portarias, e o que eles propõem em relação aos endossos. Foi visto também a responsabilidade profissional envolvida na tratativa dos materiais bem como seu condicionamento devido.

Na terceira seção, fiz entrevistas com o profissional responsável pela RT da UFRB e um profissional de arqueologia de contrato. Avaliei a realidade atual da reserva técnica da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia para a guarda de acervos arqueológicos mediante entrevista com o profissional responsável por isso. Nesse item a avaliação foi descrita em relação a capacidade atual e todos os itens necessários para o bom funcionamento da reserva técnica. Na mesma seção, foram identificadas as dificuldades institucionais em relação aos endossos institucionais de acervos arqueológicos.

Na quarta seção, foi realizada uma conclusão de tudo que foi descrito, avaliado e identificado ao longo da pesquisa. Importante citar o número de IGPs aptas a receber endosso sem nenhum tipo de restrição e o número crescente de portarias emitidas nos últimos seis (6) anos.

No que tange a metodologia proposta para o desenvolvimento dessa pesquisa foi baseada em uma pesquisa bibliográfica tendo por base em Gaël de Guichen e nas autoras Joana Amaral e Andréa Lacerda Bachettini, para a construção do referencial teórico além da metodologia escolhida que foi o estudo de caso, utilizando a pesquisa documental como instrumento de coleta de dados, análise de conteúdo e a análise dos dados que foram obtidos.

Sobre a pesquisa bibliográfica, segundo Cleber Prodanov (PRODANOV, 2013) no momento em que está sendo feita a partir de material já publicado, constitui-se de livros, revistas, publicações diversas (periódicos e artigos científicos), jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet, tendo o objetivo de expor o pesquisador ao assunto da pesquisa e esse material é o meio. É importante que o pesquisador verifique a se os dados obtidos são verídicos, sendo criterioso com possíveis contradições ou incoerências que as fontes possam apresentar. (PRODANOV, 2013, p. 54).

No estudo de caso existe um aprofundamento sobre o objeto e pode levar à novas descobertas de aspectos que não foram previstos inicialmente tendo sua essência tentar esclarecer uma decisão, ou um conjunto de decisões, seus motivos, implementações e resultados. (YIN, 2001).

“Um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e contexto não estão claramente definidos.” (Yin, 2001, p. 32)

A finalidade de toda pesquisa (PRODANOV, 2013, p. 42) pode ser definida pela citação “resolver problemas e solucionar dúvidas, mediante a utilização de procedimentos científicos” (BARROS; LEHFELD, 2000a, p. 14) e a partir de dúvidas geradas aos fatos precisam de elucidações plausíveis e respostas que venham a solucioná-las. Assim, a coleta de dados e a análise de conteúdo obtido vêm como técnica de pesquisa onde observa-se, registra-se, analisa-se e ordenam-se dados, sem manipulá-los, sem interferência do pesquisador. Existe o anseio em descobrir informações sobre o fato: como ele ocorre, a sua natureza, as características, suas causas, e possíveis relações com outros fatos mapeados ou não no início da pesquisa. Assim, utilizei para coletar tais dados técnicas específicas como a entrevista, o questionário e a observação. (PRODANOV, 2013, p. 52).

Desde a formulação do problema de pesquisa até a apresentação dos resultados nas considerações finais passei por todas as fases descritas por Prodanov, 2013, pp 48: seguinte sequência de fases:

- a) Preparação da pesquisa: seleção, definição e delimitação do tópico ou problema a ser investigado; planejamento de aspectos logísticos para a realização da pesquisa; formulação de hipóteses e construção de variáveis;
- b) Trabalho de campo (coleta de dados);
- c) Processamento dos dados (sistematização e classificação dos dados);
- d) Análise e interpretação dos dados;
- e) Elaboração do relatório da pesquisa.

O instrumento de coleta de dados foi através de entrevistas onde foi possível a coleta das informações da pesquisa. Foram realizadas mediante autorizações e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Modelo disponível no Apêndice A.

O quadro 2 exibe as atividades propostas para a pesquisa.

QUADRO 2 – ATIVIDADES DA PESQUISA	
ATIVIDADES	AÇÕES
PRIMEIRA	FASE EXPLORATORIA
SEGUNDA	TRABALHO DE CAMPO
TERCEIRA	ANÁLISE E TRATAMENTO DO MATERIAL EMPIRICO E DOCUMENTAL

A primeira atividade foi a fase exploratória (MINAYO, 2001, p. 25) que consistiu na produção do projeto de pesquisa e todo arcabouço necessário para que fosse possível o embasamento da pesquisa de campo. Nessa fase foram realizadas leituras flutuantes, entende-se como o primeiro contato com os dados coletados para selecionar as fontes que serão analisadas, bem como levantamento bibliográfico. Uma vez selecionados os textos foram separados os que foram utilizados como norteadores da pesquisa.

A segunda atividade foi o trabalho de campo (MINAYO, 2001, p. 25) onde foi realizado um estudo de caso tendo como objeto a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e os materiais advindos de endossos institucionais. Nessa fase ocorreram entrevistas com voluntários tanto da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia bem como um profissional da área da arqueologia de contrato para que fosse possível chegar à essência proposta pelo estudo. Assim foi possível a identificação de um problema de pesquisa, levantamento dos dados pertinentes, análise do contexto das informações coletadas e a conclusões sobre o tema.

A terceira atividade foi a análise e tratamento do material empírico e documental (MINAYO, 2001, p. 26), que diz respeito ao conjunto de ações para compreender e interpretar os dados além de articulá-los com a teoria que foi a base da pesquisa ou com diversas outras leituras necessárias para que fosse possível o trabalho de campo. Ao final serão apresentados os resultados da pesquisa.

2. LEGISLAÇÃO DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

É possível traçar uma linha do tempo no entendimento das leis de proteção ao patrimônio. Considerando esse aspecto, destaca-se que, o patrimônio arqueológico apareceu pela primeira vez na legislação brasileira no Decreto-Lei nº 25/1937, onde constituiu o patrimônio histórico e artístico nacional, sua preservação e tombamento.

Já em 1940, no Código Penal em seu art. 165, o patrimônio arqueológico retorna à legislação onde prevê penalidade ao seu dano. . Em 1961, a Lei 3.924/61 foi criada trazendo a única lei federal destinada exclusivamente à proteção do patrimônio arqueológico, além de ter-se criado um modelo padrão para o Registro de Sítios Arqueológicos.

Com a Política Nacional do Meio Ambiente em 1981 as leis de regulamentações retornaram para o aparato legal brasileiro sendo seguido pela Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) já em 1986.

A Constituição Federal de 1988 e a Portaria Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) nº 7 de 1988, colocaram o IPHAN como órgão regulador das pesquisas arqueológicas, onde foram definidos os procedimentos de salvamento de forma que determinava a necessidade da “Declaração do endosso institucional”, emitida pelas instituições científicas, responsáveis pela salvaguarda do acervo arqueológico. Isso foi descrito em “O papel dos endossos na Musealização da Arqueologia: Interface público/privado no Museu de Arqueologia e Paleontologia de Araraquara (MAPA)” (SIMOES, 2020, p. 210).

Após isso, apenas em 2002, através da Portaria IPHAN nº 230 que, “normatizou a pesquisa arqueológica no âmbito de estudos de impacto e de licenciamento ambiental” onde foi possível a guarda dos acervos arqueológicos descrito como “deverá ser garantida pelo empreendedor, seja na modernização, na ampliação, no fortalecimento de unidades existentes, ou mesmo na construção de unidades museológicas específicas para o caso” (SIMOES, 2020, p.211).

A Normativa IPHAN nº 001/2015 e a Portaria IPHAN 196/2016 possibilitaram a ampliação na quantidade de instituições cadastradas para receber o acervo arqueológico advindos da arqueologia preventiva bem como a criação do “Cadastro Nacional

de Instituições de Guarda e Pesquisa” (CNIGP), o “Termo de Recebimento de Coleções Arqueológicas” e a “Ficha de Cadastro de Bem Arqueológico Móvel”. (SIMOES, 2020, p.211).

2.1 ENDOSSO INSTITUCIONAL

O termo endosso no entendimento legal se refere à um indivíduo ou entidade e a responsabilidades assumidas pelo outrem. O “endosso corresponde a uma ação solidária e autônoma unilateral, pela qual um indivíduo ou entidade transfere os direitos, deveres e responsabilidades sobre algo a um terceiro” (COSTA, 2014, p.117). Assumimos o entendimento de avalizar, de afiançar, de garantir e de se responsabilizar pelo ato de outro.

Em se tratando de guarda de acervos arqueológicos, o endosso institucional refere-se uma declaração onde uma instituição capaz de receber e guardar materiais arqueológicos se prontifica a apoiar um projeto arqueológico que fará intervenções diversas que resulte na coleta de materiais. Sendo emitida a “Declaração de endosso institucional” a instituição que oferta garante que receberá a guarda dos materiais advindos do endossante (COSTA, 2014, p. 117).

Nesse sentido, essa guarda se constitui em um documento de transferência de responsabilidade no qual, os bens arqueológicos, passam a depender das instituições de guarda para a sua preservação assumindo um papel importante na manutenção desses bens.

Convém destacar que, as instituições de endosso, são locais habilitados pelo IPHAN para receber e manter acervos arqueológicos resgatados e que devem ser devidamente organizados e acomodados conforme na portaria IPHAN no. 196/2016 e tal requisito é exigido para a aprovação de qualquer projeto de pesquisa arqueológica onde esteja prevista intervenções em campo, tanto para assuntos acadêmicos ou licenciamento ambiental para arqueologia de contrato.

A partir de todas essas considerações, que foram feitas, faz-se necessária uma análise dos documentos anteriormente citados, normativa IPHAN 01/2015 e a portaria 196/2016. O primeiro documento norteia os procedimentos administrativos nos processos de licenciamento ambiental sendo esses tombados, arqueológicos, registrados e valorados.

O segundo documento estipula que, “considerando que as Instituições de Guarda e Pesquisa devem ser capazes de conservar proteger, estudar e promover a

extroversão dos bens arqueológicos, atendendo o trinômio pesquisa, conservação e socialização” (IPHAN, 2016, p.1), dessa forma, os documentos se complementam e dão apoio ao entendimento sobre a forma de conservação e de preservação dos bens coletados.

Se alinhando à questão discutida nesse estudo, destaca-se que, a pesquisa de Bachettini (2017), buscou interpretar e tentar compreender por que as reservas técnicas são esquecidas ou negligenciadas e como é possível fazer frente a essa situação. Já Amaral (2011), assume que as condições das reservas têm um papel fundamental na sobrevivência de bens culturais em museus. Além dos fatores que tornam a reserva técnica adequada ao museu propondo funções museológicas, tais como: Investigação, incorporação, inventário, documentação, conservação, interpretação, exposição e divulgação. Nessa visão, deixando de ser apenas de um estoque de acervo, mas dando sentido há um conjunto de procedimentos adequados onde seja possível a utilização desse acervo sem pôr em risco a sua preservação (AMARAL, 2011, p. 2).

A pesquisa aconteceu entre a análise do que é estipulado em normativa e portaria federais e as condições reais encontradas nas reservas técnicas bem como análise dos documentos, com um estudo de caso com a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia além de uma entrevista com um profissional de arqueologia de contrato.

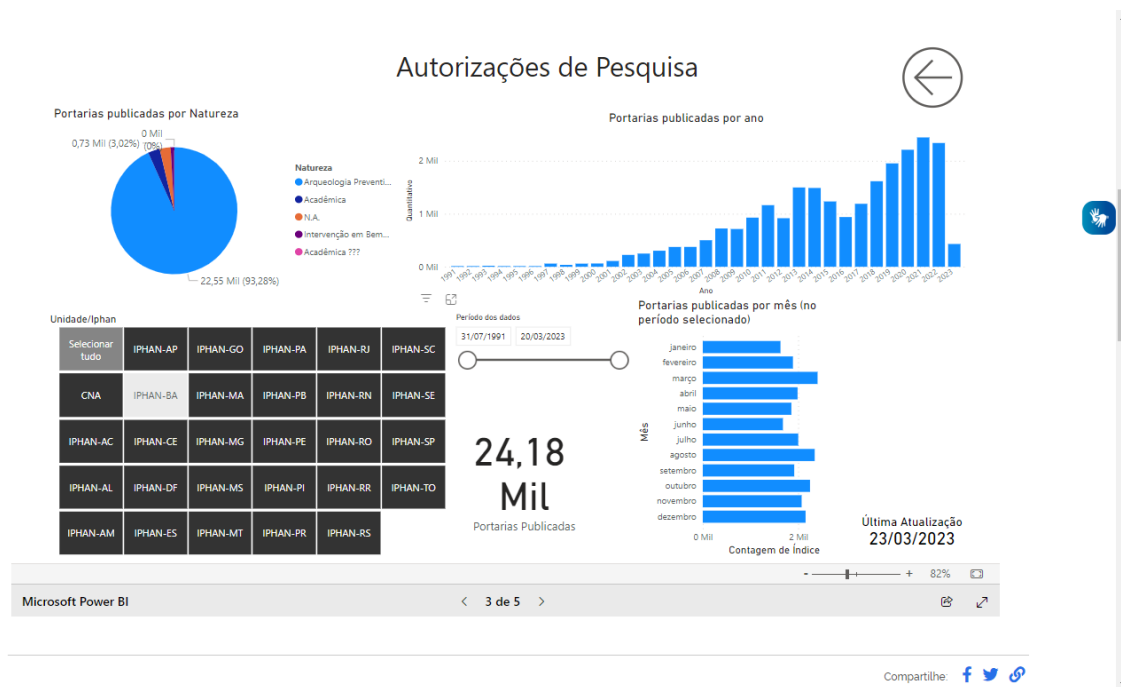
2.2 NÚMEROS DE PORTARIAS E IGPs PELO IPHAN

O estudo de caso da pesquisa foi realizado com a Universidades Federais do Recôncavo da Bahia dessa forma apresento informações do IPHAN referentes aos números que tratam a pesquisa. A forma como se seguiu a pesquisa tornou-se importante o entendimento da quantidade de portarias emitidas pelo IPHAN, desde o início do histórico em 1991 confrontando-os aos números dos últimos seis (6) anos. Posteriormente, traçando um paralelo com a quantidade de Instituições de guarda e pesquisas cadastradas e aptas ao recebimento de endossos institucionais. Não esquecendo de citar os outros status das IGPs.

Com o objetivo de contextualizar o cenário dos endossos institucionais, faz-se necessário apresentar os números gerais de todas as portarias geradas no Estado da

Bahia (Figura 1) desde que iniciou-se a contagem oficial. Em todo seu histórico são listadas um pouco mais de vinte e quatro mil portarias emitidas desde 1991.

FIGURA 1 – IPHAN BA – NÚMEROS DE PORTARIAS GERAIS.



Fonte: Site IPHAN. Acesso dia 02/04/2023.

Na Figura 2, por sua vez, nota-se que praticamente a metade das portarias aconteceram nos últimos seis anos. Existiu no período um grande aumento na quantidade das portarias emitidas em um período muito curto.

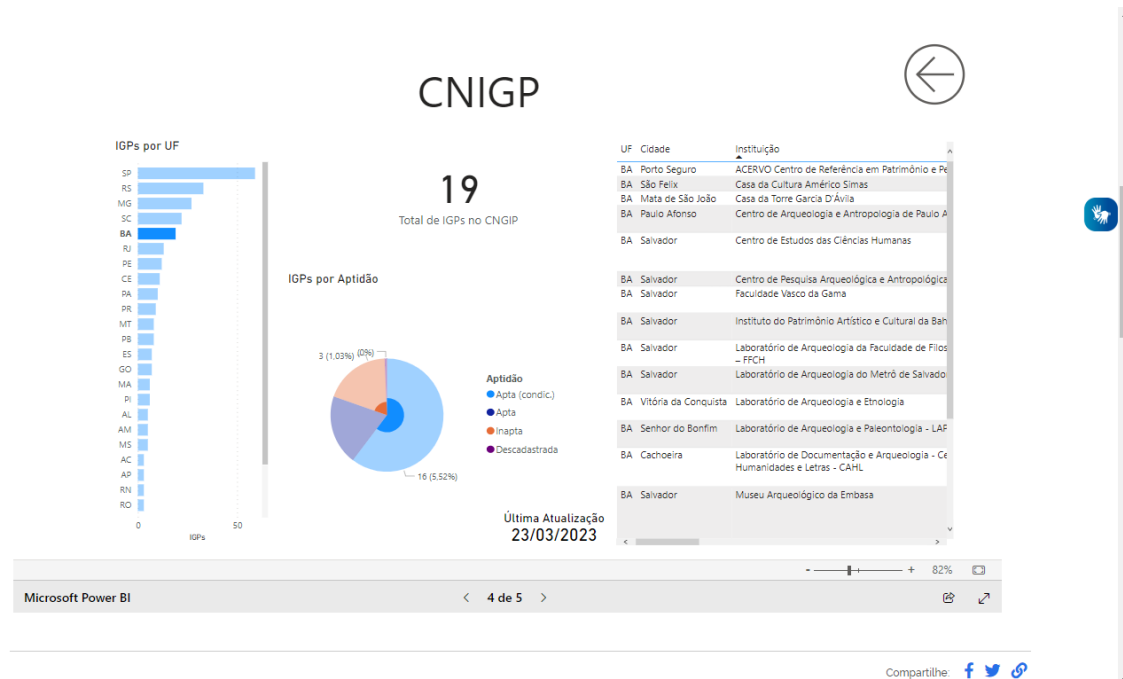
FIGURA 2 – IPHAN BA – NÚMEROS DE PORTARIAS ÚLTIMOS ANOS.



Fonte: Site IPHAN. Acesso dia 02/04/2023.

Na Figura 3, o IPHAN apresenta para o Estado da Bahia, a quantidade de instituições cadastradas atualmente e seu *status* para recebimento, ou não, de materiais via endossos. Atualmente o número de IGPs é de dezenove (19).

FIGURA 3 – IPHAN BA – INTITUTOS DE GUARDA E PESQUISAS.



Fonte: Site IPHAN. Acesso dia 02/04/2023.

Exportando as informações disponíveis no site do IPHAN é possível ter um panorama completo sobre as instituições de guarda e seu *status* atual. Nota-se que, atualmente o Estado da Bahia possui um total de 19 Instituições de Guarda e Pesquisa (IGP), sendo que três (3) estão inaptas e seis (6) só recebem pequenos volumes de acervos e dez (10) estão em processo de fiscalização, vide Quadro 3.

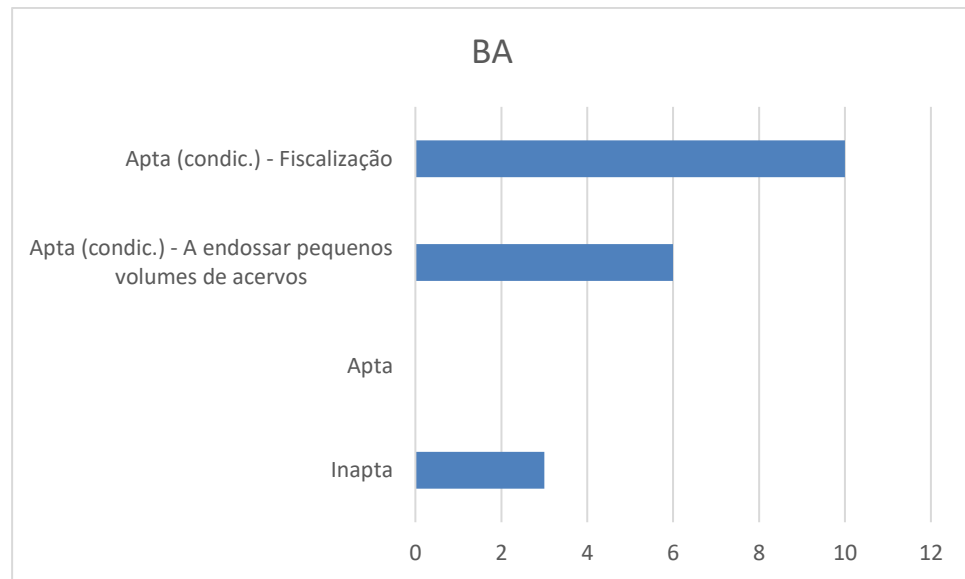
QUADRO 3 - INSTITUIÇÕES DE GUARDA E PESQUISA - BA

Item	UF	Cidade	Instituição	Apta	Condicionantes (aptidão)
1	BA	Vitória da Conquista	Laboratório de Arqueologia e Etnologia	Apta (condic.)	A endossar pequenos volumes de acervos
2	BA	Senhor do Bonfim	Laboratório de Arqueologia e Paleontologia - LAP	Apta (condic.)	A endossar pequenos volumes de acervos
3	BA	Salvador	Museu de Arqueologia e Etnologia - MAE	Inapta	
4	BA	Salvador	Museu Arqueológico da Embasa	Inapta	
5	BA	Salvador	Laboratório de Arqueologia do Metrô de Salvador	Inapta	
6	BA	Salvador	Laboratório de Arqueologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FFCH	Apta (condic.)	A endossar pequenos volumes de acervos
7	BA	Salvador	Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia	Apta (condic.)	Em processo de fiscalização
8	BA	Salvador	Faculdade Vasco da Gama	Apta (condic.)	Em processo de fiscalização
9	BA	Salvador	Centro de Pesquisa Arqueológica e Antropológica	Apta (condic.)	Em processo de fiscalização
10	BA	Salvador	Centro de Estudos das Ciências Humanas	Apta (condic.)	Em processo de fiscalização
11	BA	Porto Seguro	ACERVO Centro de Referência em Patrimônio e Pesquisa	Apta (condic.)	Em processo de fiscalização
12	BA	Paulo Afonso	Centro de Arqueologia e Antropologia de Paulo Afonso - CAAPA	Apta (condic.)	Em processo de fiscalização
13	BA	Mata de São João	Museu de História Natural de Sauípe	Apta (condic.)	Em processo de fiscalização

14	BA	Mata de São João	Casa da Torre Garcia D'Ávila	Apta (condic.)	Em processo de fiscalização
15	BA	Ilhéus	Núcleo de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Bahia - NEPAB	Apta (condic.)	Em processo de fiscalização
16	BA	Feira de Santana	Museu Casa do Sertão	Apta (condic.)	A endossar pequenos volumes de acervos
17	BA	Caetité	Museu do Alto Sertão da Bahia - MASB	Apta (condic.)	A endossar pequenos volumes de acervos
18	BA	Cachoeira	Laboratório de Documentação e Arqueologia - Centro de Artes, Humanidades e Letras - CAHL	Apta (condic.)	A endossar pequenos volumes de acervos
19	BA	São Felix	Casa da Cultura Américo Simas	Apta (condic.)	Em processo de fiscalização

Dessa forma, analisando os dados é possível entender que há um aumento na quantidade das portarias emitidas nos últimos anos, porém o número de IGPs aptas para receber o acervo sem nenhuma restrição no Estado da Bahia atualmente é de zero. Todos os status são de “Em processo de fiscalização” e/ou “A endossar pequenos volumes de acervos”.

Na Gráfico 1, é possível notar o panorama atual dos IGPs no Estado da Bahia e traduz uma realidade onde existe um aumento de portarias e um número baixo de instituições cadastradas e aptas a receber os materiais de forma satisfatória. Não há um histórico no site do IPHAN contendo as IGPs disponíveis por ano. Caso tivesse, seria possível traçar um paralelo comparando a quantidade de portarias em relação às IGPs disponíveis. Infelizmente não foi possível. Contudo, pela quantidade de emissão de portarias nos últimos seis (6) anos e a quantidade de IGPs aptas a emitir endossos sem restrições sugere uma necessidade de um maior número de IGPs para atender a demanda.

GRÁFICO 1 – STATUS INSTITUTOS DE GUARDA E PESQUISAS BA.

3 O PROCESSO DE GUARDA DE ACERVOS ARQUEOLÓGICOS.

A proteção dos bens arqueológicos no Brasil iniciou-se em 30/11/1937, através do Decreto-Lei no 25, onde organizava a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em seu artigo art. 1º trazia:

“constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”.

Infelizmente tal decreto apenas resguardava bens tombados pelo SPHAN conforme seu art. 1º “[...] os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo [...]”. (BRASIL, Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937).

Para que fosse possível a proteção dos bens arqueológicos de forma mais ampla só em 1961 com a assinatura da Lei Federal n.º 3924 que tratava especificamente sobre os bens pré-históricos e monumentos arqueológicos. (CALDARELLI, 2000, p.54).

Na mesma lei em seu art. 3 veda qualquer tipo de prejuízo aos bens arqueológicos e pré-históricos, tais como: destruição, mutilação além de aproveitamento econômico. Assim, a Lei 3924/61 é a lei que regeu as primeiras pesquisas de salvamento no Brasil. Um ponto importante é que a pesquisa previa era condição para que fosse possível a liberação das áreas para finalidades econômicas. Nesse ponto a arqueologia de contrato se desenvolve junto a engenharia civil e às avaliações ambientais. (CALDARELLI, 2000, p.55)

A Lei 6938/81 trouxe a avaliação ambiental pela Política Nacional de Meio Ambiente que por sua vez criou o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) onde competia deliberar sobre normas e critérios para o licenciamento ambiental avaliando impactos e possíveis degradações de determinados projetos públicos ou privados. (CALDARELLI, 2000, p.55)

Com a Resolução no 001 do CONAMA em 1986, foram estabelecidas, as responsabilidades e os critérios gerais na utilização da Avaliação de Impacto Ambiental. Entro do art. 6º demonstra as atividades técnicas mínimas que deveriam existir para que seja possível o licenciamento, dentre eles “os sítios e monumentos arqueológicos, históricos e culturais da comunidade”. (CONAMA, 1986, pp. 2) A partir desse

ponto os arqueólogos começaram a participar em projetos de avaliação ambiental e a arqueologia de contrato começou a despontar. (CALDARELLI, 2000, p.55)

Trazendo essa visão para a Arqueologia de Contrato, grande parte dos arqueólogos brasileiros, estão realizando ou realizaram em algum momento, independente da intensidade ou volume de trabalhos, estudos arqueológicos contratados por empresas. Nesse aspecto, destaca-se que, com a assinatura da Lei 3.924/61 a “arqueologia de salvamento” teve seu início hoje chamada de arqueologia de contrato. Contudo, projetos de engenharia civil causadores de algum nível de degradação do ambiente passaram a financiar as pesquisas de resgate arqueológico realizados apenas com passar de alguns anos. (CALDARELLI, 2000, p.55)

Sabe-se que os primeiros projetos de salvamento arqueológico no Brasil são datados ao final da década de 1960 e meados da década de 1970. Nesse momento os responsáveis pelo empreendimento não faziam nenhum tipo de ressarcimento financeiro pela destruição dos sítios arqueológicos. Apenas na segunda metade da década de 1970 que o setor hidrelétrico que inseriu em suas diretrizes a necessidade de salvamento arqueológico anteriormente ao enchimento dos reservatórios e por consequência a inundação das áreas do empreendimento. (CALDARELLI, 2000, p.56)

Assim foram firmados diversos convênios entre empreendedores do setor hidrelétrico nacional e instituições regionais, onde criaram-se projetos arqueológicos de resgate em escala nacional.

“Através desses convênios, os empreendedores responsáveis pela degradação de vastas áreas de interesse arqueológico forneciam infraestrutura e financiavam as pesquisas de campo e, em alguns casos, a datação dos materiais e a publicação dos resultados dos estudos, mas não remuneravam os pesquisadores”. (CALDARELLI, 2000, p.p. 57)

Somente na década de 1980 que surgiram os primeiros projetos arqueológicos que não estavam ligados ao setor hidrelétrico. Dois projetos no Estado do Pará junto com o Museu Paraense Emílio Goeldi, sendo o primeiro iniciado em Porto Trombetas, em 1981 e, o segundo em Carajás, em 1983, ambos por um convênio entre a Mineração Rio do Norte e a Companhia Vale do Rio Doce. (CALDARELLI, 2000, p.57)

Funcionando como uma medida mitigadora aos impactos negativos deixados pelos empreendimentos sobre os bens arqueológicos, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), através da publicação da Resolução 01/86 fez com que os

estudos que estavam sendo realizados em várias regiões do país, sendo eles de viabilidade ou os de “salvamento arqueológico”, fossem utilizados para compor os Estudos de Impactos Ambientais (EIAs) dos empreendimentos. Posteriormente passaram a ser contratados já com a intenção de se fazer diagnósticos e avaliação dos impactos dos empreendimentos sobre o patrimônio arqueológico. Toda tomada decisões sobre a conveniência ou não de sua implantação era realizada e somente depois de sua aprovação é que seriam feitos os projetos de salvamento. (CALDARELLI, 2000, p.55)

Dado esse cenário surgiu pela primeira vez a figura do arqueólogo autônomo e sem nenhum vínculo com as academias. Inicialmente muitos foram contra a profunda alteração que o mercado de trabalho arqueológico sofreu.

“O termo arqueologia de contrato foi introduzido como decorrência do surgimento de um mercado de trabalho que pressupunha para o arqueólogo, como já ocorria com outras profissões, a existência de padrões ou de clientes. Um serviço arqueológico determinado é realizado por uma remuneração negociada entre as partes”. (MEIGHAN, 1986)

Outra alteração importante foi na geografia das pesquisas arqueológicas no Brasil, que passou a ocorrer em áreas que não eram abrangidas pela arqueologia. Outra alteração importante foi na geografia das pesquisas arqueológicas no Brasil, que passou a ocorrer em áreas que não eram abrangidas pela arqueologia tradicional, nem pelos museus ou pelas universidades. Na arqueologia de contrato nota-se que existe amparo legal e uma proteção para os bens e referências culturais como os sítios arqueológicos, as edificações, os centros históricos, as celebrações, as manifestações e os diversos saberes de comunidades tradicionais. Assim são requeridos dos empreendimentos o licenciamento ambiental, independentemente do seu tipo ou tamanho, estudos específicos onde são avaliados os possíveis impactos ao Patrimônio Cultural na localidade da execução da obra. (CALDARELLI, 2000, p.56)

Todos os itens que podem ser requeridos e/ou adotados são descritos na Instrução Normativa IPHAN N.º 01 de 25 de março 2015. Em seu Art. 2º ficam acauzelados os bens culturais tombados, arqueológicos, registrados e valorados. Para que seja possível a liberação do licenciamento para execução de um empreendimento, é necessário que seja enviado ao IPHAN uma solicitação formal de autorização onde o empreendedor enviará preenchida uma Ficha de Caracterização da Atividade (FCA) onde será avaliada a localidade e todas as possíveis variáveis e os condicionantes do empreendimento.

Com base nas informações preenchidas no FCA o IPHAN emitirá o Termo de Referência Específico (TRE) que será enviado ao órgão ambiental licenciador, onde será descrito o conteúdo mínimo para que seja possível os estudos dos impactos do empreendimento sobre os bens culturais acautelados.

Em sua seção V nos artigos 38 e 39 o IPHAN faz a liberação da licença de operação do empreendimento após a avaliação do cumprimento total do Programa de Gestão dos Bens Culturais Tombados, Valorados e Registrados. Trata-se de uma descrição circunstanciada das ações realizadas garantindo a salvaguarda e preservação dos bens, as medidas mitigadoras e compensatórias e as ações realizadas.

No Art. 40 trata-se a execução do Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico e a forma que esta deverá ser descrita no Relatório de Gestão do Patrimônio Arqueológico. Em seu item III cita um documento onde comprova o recebimento do acervo juntamente com os seus relatórios, emitidos pela Instituição de Guarda e Pesquisa, onde conste toda a discriminação do material sob sua tutela.

Nesse ponto, através da Normativa 01/2015 é citada que a liberação da licença de operação de um determinado empreendimento fica atrelada, dentre outros, a um Instituição de Guarda e Pesquisa devidamente credenciada pelo IPHAN.

Contudo, somente com o advento da portaria normativa Nº 196/2016 é tratada a criação do Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa, o Termo de Recebimento de Coleções Arqueológicas e a Ficha de Cadastro de Bem Arqueológico Móvel. Como citado, a portaria foi criada para dar suporte à Normativa 01/2015 onde é tratada a criação do Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa.

No início da portaria é citada o Inciso III do Art. 12 da Portaria Sphan n.º 07, de 01 de dezembro de 1988, como parte constitutiva e indispensável do relatório final das pesquisas onde lê-se “relação definitiva do material arqueológico recolhido em campo e informações sobre o seu acondicionamento e estocagem, assim como indicação precisa do responsável pela guarda e manutenção desse material”.

Da mesma forma é citado o Capítulo V da 01/2015 onde fala sobre a responsabilidade pela conservação dos bens arqueológicos bem como o Conselho Internacional de Monumento e Sítios (ICOMOS) a sua carta sobre a Proteção e a Gestão do Patrimônio Arqueológico, datada de 11 de outubro de 1990, onde lê-se:

“[...] constituem uma fonte primária de dados para o estudo e para a investigação científica. A compilação de inventários deve ser, portanto, entendida como um processo contínuo e dinâmico. Nesse sentido, os inventários devem integrar informação em diversos níveis de significância e de confiabilidade,

uma vez que mesmo o mais superficial conhecimento pode formar o ponto de partida para medidas de proteção”. (ICOMOS, 1990)

Pauta-se que as Instituições de Guarda e Pesquisa sejam capazes de conservar proteger, estudar e promover a extroversão dos bens da melhor forma que atenda as pesquisas, a conservação e socialização.

Notou-se também a necessidade de padronização das atividades de conservação além de monitorar e gerir as mesmas, assim facilitando que os agentes envolvidos na gestão dos bens móveis arqueológicos tenham acesso aos requisitos mínimos a serem considerados para a conservação de bens móveis arqueológicos.

No capítulo III, da Portaria 196/2016, nos artigos de número 5 e 6 determinam que o Centro Nacional de Arqueologia (CNA) manterá o Cadastro Nacional das Instituições de Guarda e Pesquisa (CNIGP) e que as Instituições interessadas em salvaguardar bens arqueológicos deverão solicitar o seu cadastramento à Superintendência do Iphan no seu Estado.

A portaria 196 no Art. 12 diz que caberá ao CNA aprovar a proposta do local provisório de análise, bem como autorizar a movimentação dos bens quando da necessidade de análise dos bens arqueológicos móveis coletados em campo fora da Instituição de Guarda e Pesquisa autorizada. Em seu Anexo I – “Às Instituições de Guarda e Pesquisa” são citadas oito (8) recomendações diversas referentes ao funcionamento organizacional da instituição de guarda. Dentre elas: receita própria ou mantenedor, sede seja própria, seguro contra roubo e incêndio, certificação das condições de segurança contra incêndio, emitida pelo corpo de bombeiros, plano de evacuação, endossar e receber apenas aqueles bens que tenha condições de conservar, considerar seu espaço disponível e suas condições de guarda, possua espaço para Laboratório, instituição conte com uma equipe interdisciplinar que reúna arqueólogos, conservadores, museólogos, educadores e demais profissionais da área.

Nos itens 6 e 7 do Anexo I são citadas as recomendações específicas em relação às reservas técnicas “Reserva Técnica e o espaço para extroversão” e “As instituições que possuírem Reserva Técnica pequena poderão endossar apenas pequenas quantidades de acervos” existindo nesse último a possibilidade de aumento do espaço de guarda pelo empreendedor. No documento existe um item inteiro dedicado às recomendações das Reservas Técnicas, Item “IV. Quanto à Reserva Técnica (RT)”. Dentre elas citam-se: A RT deverá ser exclusiva para guarda de acervos, ambiente seguro e de fácil acesso, níveis de umidade e temperatura adequados à conservação

dos acervos, não instalar a RT em porões, ter tamanho suficiente para abrigar os acervos nas condições corretas de acondicionamento e armazenamento, entrada exclusiva de pessoas autorizadas, proibida a entrada na RT de pessoas portando bolsas e afins, portas deverão ser mantidas fechadas e com janelas vedadas, evitar incidência de radiação solar, desejável que seja no térreo, desejável que possua climatizações diferenciadas de acordo com a necessidade do acervo diversos, não possua cestas de lixo evitando o desenvolvimento de agentes biológicos de deterioração, sem água e os ralos, não poderá ter em suas paredes rede hidráulica, ter apenas uma porta de acesso suportando a entrada de objetos de grandes dimensões, análise de mobiliários pesados por profissional capacitado visando a avaliar a capacidade de carga do piso.

No item “VIII. Quanto aos cuidados gerais com o acervo” em seu item número 15 recomenda que os valores arrecadados pela instituição advindos dos endossos realizados sejam investidos na manutenção do edifício e nos acervos.

Pela lei Nº 11.904, DE 14 DE JANEIRO DE 2009 foi instituído o Estatuto de Museus e em seu Art. 1º pode-se notar que as reservas técnicas se enquadram perfeitamente na definição de museus, onde na lei lê-se:

"Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento." (BRASIL, LEI Nº 11.904, DE 14 DE JANEIRO DE 2009).

Por essa definição as reservas técnicas podem ser entendidas como museus apesar de não serem na prática.

Toda essa sessão descrita acima nos traz um histórico apoiado em leis, normas e portarias criadas para balizar e proteger no patrimônio. Nesse ponto é importante trazer o papel da Museologia e, conseqüentemente, para as responsabilidades do museólogo fica evidente o papel de preservação dos bens com o reconhecimento da profissão e das atribuições do museólogo através da Lei n 7.287 de 18 de dezembro de 1984, em seu Art. 3 onde é citado “[...] coletar, conservar, [...]” (IPHAN, 2015, p.1). Assim as atribuições do museólogo passam de meramente prezar pela conservação, mas lhe é imputado a responsabilidade por tal.

A LEI Nº 7.287, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1984, sancionada pelo então presidente da república João Figueiredo regulamenta o desempenho das atividades de Museólogo. E em seu artigo 3º descreve as atribuições da profissão, dentre elas: ensinar a matéria Museologia, dirigir e supervisionar os museus, executar todas as

atividades concernentes ao funcionamento dos museus, solicitar o tombamento de bens culturais e o seu registro em instrumento, específico, coletar, conservar, preservar e divulgar o acervo museológico, promover estudos e pesquisas sobre acervos, informar os órgãos competentes sobre o deslocamento irregular de bens culturais, dirigir, chefiar e administrar os setores técnicos de museologia, prestar serviços de consultoria e assessoria, realizar perícias destinadas a apurar o valor histórico, executar programas de treinamento, orientar a realização de seminário.

4 RESERVA TÉCNICA: REALIDADE E DIFICULDADES DOS ACERVOS ARQUEOLÓGICOS.

Com a chegada da Portaria Iphan nº196/2016 passou a requerer um enorme esforço das Instituições de Guarda para se certificar que a salvaguarda dos materiais arqueológicos estivesse sendo feita da maneira proposta, contudo, a carência dos recursos financeiros e de profissionais de formações interdisciplinares eram a realidade encontrada além da falta de espaço no armazenamento bem como o volume dos acervos crescentes.

A partir da portaria Iphan 196 as instituições cadastradas tiveram acesso à norma onde pudessem se guiar da forma indicada para o tratamento e cuidados dos acervos adotando critérios diversos sobre o ambiente, estrutura do prédio, temperatura dentre outros. A 196, como é comumente chamada, foi importante pois regulamentou a guarda dos acervos além de recomendar que as IGPs consigam conservar, proteger, estudar e promover a socialização dos bens arqueológicos à comunidade através de uma gestão eficiente dos acervos nas reservas técnicas.

A ideia de ter espaços apropriados para os materiais arqueológicos, a reserva técnica, possibilitaria que outras gerações pudessem ter contato com memórias e conhecimentos encontrados em cada objeto salvaguardado.

Dessa forma, a pesquisa buscou abordar as principais dificuldades e necessidades que envolvem a gestão efetiva do material arqueológico salvaguardado nas reservas técnicas das instituições de guarda da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia sendo norteados pela portaria 196/2016.

4.1 CONDIÇÕES DA GUARDA DOS ACERVOS ARQUEOLOGICOS DA UFRB

Para que fosse possível ter acesso às informações da RT da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia foi realizada uma entrevista no dia 13 de março de 2023, remotamente com o profissional responsável pela gerência dessa RT. O especialista é professor da UFRB há 15 anos e atua na área da museologia e arqueologia.

Iniciou dizendo que as condições atuais da RT da UFRB são improvisadas e temporárias uma vez que já existe uma nova unidade que deve ser entregue até o

final de 2023. Explicou ainda que antigamente, não especificando a época, a instituição apenas precisava se apresentar como guardião de acervos arqueológicos, e o IPHAN fazia a liberação. Contudo com a instrução normativa 01/2015, mudou o trâmite uma vez que o IPHAN passou a ser obrigado a fazer a fiscalização e cadastramento das reservas. E nesse âmbito a UFRB, que já o cadastro antes dessa condição da 01/2015, passou a integrar a lista de instituições de guarda do IPHAN automaticamente.

P2 explica que há três formas de receber matérias na UFRB:

“Coletas assistemáticas, material que é encontrado sem o controle arqueológico, é encontrado involuntariamente, mexendo solo, as pessoas encontram e acabam mandando pra gente. A gente recebe autorização de urgência do IPHAN para fazer a guarda. E nós temos trabalhos que são resultantes de pesquisa [de outros] professores da universidade [], eu, professora [] e o professor [], [...]. E tem trabalhos que vêm da arqueologia por contrato, que a gente faz a partir do endosso institucional.” (P2. [março 2023]. Entrevistador: Marcelo Rodrigues Serrão. Remoto, 2023. 1 arquivo .mp3 (67 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice B desta monografia)

Nota-se que existe uma preocupação com a salvaguarda onde a UFRB apenas recebe acervos onde os endossantes aceitam as condições de guarda oferecidas pela UFRB onde ela não tem nenhum tipo de interesse em receber endosso que gere, acervos desqualificados, tanto do ponto de vista da salvaguarda quanto do ponto de vista da informação. Explicou ainda que a UFRB entende que os acervos arqueológicos são acervos científicos que devem continuar sendo utilizados para o desenvolvimento da ciência e do conhecimento. A chegada de materiais de forma desorganizada, perde-se a serventia uma vez que estará fora do de um contexto. A guarda através do endosso só interessa se vier com condições que permitam a continuidade do uso social e público do acervo.

Ao que se refere especificamente à Portaria 196 e seus quinze (15) itens RT a UFRB está localizado dentro de um prédio histórico em Cachoeira BA e ocupa uma sala de 22 metros quadrados apenas, nas dependências no térreo do prédio da antiga Fundação Hansen, vide Figura 4.

“O fato é que isso causa limitações imensas para a gente, porque 22 metros quadrados para você dar aula e ainda fazer guarda é muito pequeno. Há muito tempo a gente vem pedindo da universidade que melhore os espaços para a gente “. (P2. [março 2023]. Entrevistador: Marcelo Rodrigues Serrão. Remoto, 2023. 1 arquivo .mp3 (67 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice B desta monografia)

FIGURA 4 – RT 1 – UFRB



Fonte: UFRB

No local, os acervos coletados, passam por limpeza, análise, acondicionamento, tudo no mesmo espaço. Assim que novos materiais chegam, eles passam por uma série de protocolos existentes que a UFRB estabeleceu para a sua guarda.

O ambiente é altamente úmido ficando há 100 metros do leito do rio Paraguaçu, com uma proximidade estimada de 1,5 metros, 2 metros do lençol freático fazendo com que a RT tenha condições de umidade ascendente muito flagrantes, segundo o entrevistado P2.

O entrevistado explica que essa umidade ascendente faz com que o espaço seja inadequado para a guarda de acervos bem como para a presença de humanos. O espaço atual, é fechado de noite e aberto durante o dia, com a umidade, esse período da noite faz com que ele crie muito mofo. Dessa forma, em muitas ocasiões, para que seja possível entrar no espaço é necessário abrir a porta, esperar ventilar o ambiente para que seja possível a utilização da RT.

. Ainda sobre a umidade ascendente a localidade enfrenta grandes volumes de água em épocas de chuva. Já aconteceu algumas vezes de alagar 10 centímetros d'água dentro da RT. Como existe a possibilidade de ocorrer não é permitido nenhum material no chão.

O fluxo de pessoas ao longo do dia é estimado em 240 pessoas em um espaço de 22 metros como já mencionado. A UFRB entende que como é um espaço de guarda e análise material, existe um protocolo de entrada que leva em consideração, o acesso de alimentos e volumes. No laboratório, os visitantes deixam seus objetos dentro de um guarda volume, vide figura 5, adentrando apenas com o material didático dele. Da mesma forma, não é permitido alimento no local.

FIGURA 5 – RT 2– UFRB



Fonte: UFRB

Sobre controle de temperatura artificialmente, a UFRB não trabalha por entender que, do ponto de vista da conservação, considerada extremamente obsoleta. O entendimento atual é de se pensar em conservação de forma sustentável onde o acondicionamento do acervo é feito nas situações atuais do ambiente e ao meio onde ele está, controlando a circulação dessa ambiência.

FIGURA 6 – RT 3 – UFRB



Fonte: UFRB

Sobre a higienização do espaço é feita por empresa serviço de limpeza terceirizada. Através de um diálogo com a gestão foi possível um treinamento sobre a forma correta de higienização dos espaços. Sempre que há faxina é acompanhado por alguém do laboratório. O chão é limpo apenas com pano úmido, sem vassoura para levantar poeira ou água escorrida. Existe ralo (que está fechado atualmente) pois o ambiente foi adaptado para receber a reserva técnica. Da mesma forma existem torneiras, pias, encanamentos.

O acesso à RT é através de uma porta 2,20 metros de altura por 1,60 de largura, vide figura 6. O mobiliário é simples “temos bancadas do tipo daquela que se usa em refeitório, aquelas grandes com bancos, por causa do trabalho de análise, aquelas com fórmica em cima, e as estantes que guardam as caixas são estantes de aço”, disse o entrevistado P2.

Com o final da entrevista foi possível traçar um perfil de da RT da UFRB em relação às recomendações da Portaria 196/2016. Importante dizer que a intenção desse estudo não foi o de fazer uma auditoria das dependências da RT, mesmo porque para tal, seriam necessárias outras valências que não são possíveis nem o foco

atual. A intenção é de apenas mostrar como as indicações da Portaria 196 são tratadas em um ambiente apto a receber endossos institucionais.

A portaria 196, no que se refere às RT, nos apresenta quinze (15) itens que são sugeridos para que sejam seguidos, podemos entender que esses 15 itens se referem à 100% dessas sugestões, logo cada uma delas representa 6,66% do total dos 15 itens.

Partindo dessa premissa, foi possível traçar um quadro listando cada um dos itens sugeridos e seu *status* atualmente na UFRB.

QUADRO 4 - ROTEIRO DE ENTREVISTA QUANTO À RESERVA TÉCNICA (RT) - UFRB – REF 196/2016				
ITEM	PERGUNTAS	%	UFRB	%
1	A RT é exclusiva para guarda de acervos, evitando seu uso para outras atividades como análise, higienização e sala de estudos?	6,66	NÃO	6,66
2	A RT é um ambiente seguro e de fácil acesso, limpo, organizado e com níveis de umidade e temperatura adequados à conservação dos acervos?	6,66	NÃO	6,66
3	A RT localiza-se em porões evitando umidade ascendente e a possibilidade de alagamentos?	6,66	NÃO	6,66
4	A RT apresenta tamanho suficiente para abrigar os acervos nas condições corretas de acondicionamento e armazenamento?	6,66	NÃO	6,66
5	A entrada é exclusiva de pessoas autorizadas e a permanência e trânsito evitados?	6,66	NÃO	6,66
6	É proibida a entrada na RT de pessoas portando bolsas, mochilas e afins?	6,66	SIM	
7	As portas são mantidas fechadas, assim como as janelas, que também deverão ser vedadas?	6,66	SIM	
8	A RT se localiza em cômodos internos, evitando incidência de radiação solar, minimizando as trocas de calor com ambiente externo e aperfeiçoando a segurança do local?	6,66	SIM	
9	A RT se localiza no térreo, devido ao peso do acervo e mobiliários, evitando sobrepeso e consequentemente, problemas na estrutura, que possam comprometer o edifício?	6,66	SIM	
10	Existe mais de uma RT ou espaços separados dentro dela, que possibilitem climatizações diferenciadas de acordo com a necessidade do acervo?	6,66	NÃO	6,66

11	As cestas de lixo são eliminadas da RT, evitando o desenvolvimento de agentes biológicos de deterioração?	6,66	SIM	
12	A RT tem pontos de água e os ralos, caso existam, são vedados?	6,66	SIM	6,66
13	A RT possui paredes com rede hidráulica ou possui em suas proximidades áreas que possuem pontos de água?	6,66	SIM	6,66
14	A RT tem apenas uma porta de acesso e prevê a entrada de objetos de grandes dimensões?	6,66	SIM	
15	Sobre objetos pesados, a instalação de mobiliário pesado, como armário deslizante, é previamente analisada por profissional capacitado visando a avaliar a capacidade de carga do piso?	6,66	SIM	
TOTAIS		100		53,28%

Vistos todos os itens das recomendações da Portaria IPHAN 196/2016 em relação à RT da UFRB nota-se que apenas cinquenta e três por cento (53%) das recomendações são seguidas atualmente.

Importante citar, outra vez, que a RT da UFRB irá trocar de local com previsão para o final desse ano. O outro prédio que fica em São Félix (cidade vizinha), a um quilômetro de distância da atual. No novo prédio, ficará no segundo andar, afastado do chão, em uma condição melhor de posicionamento em relação à insolação, ventos. O acesso será exclusivo, com uma escadaria exclusiva para circulação de acervos, tendo uma melhor condição de guarda, com separação do acervo das áreas de circulação de pessoas.

Perguntado sobre qual seria a maior dificuldade da RT o entrevistado respondeu que seria “continuar trabalhando”. Se não existisse a construção da nova RT a existência nas condições atuais seria “literalmente uma aberração”. Lembrou que para que seja possível a existência de uma pós-graduação na UFRB e sua aprovação na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) foi fruto de anos de dedicação e de trabalho para que fosse construído. Se a mudança para a nova RT fosse possível “[...] é literalmente jogar um balde de água fria em todos os esforços institucionais que nós fazemos para o desenvolvimento dessa área na Bahia”.

Lembrou que sendo uma universidade vocacionada para pesquisas de graduação e de extensão imaginar que não fosse possível um espaço para todas as funções existentes atualmente “[...] seria no mínimo, beirar o absurdo” e não reconhecer o propósito do trabalho realizado na universidade.

Importante citar que as dificuldades que foram identificadas pela pesquisa na RT da UFRB também estão relacionadas à política de gestão de preservação do patrimônio atual e da pouca valorização dos bens históricos, arqueológicos e o pouco interesse na preservação da memória nacional. Há a necessidade do reconhecimento do valor desses bens além de sua preservação uma vez entendido sua importância histórica e arqueológica.

4.2 ARQUEOLOGIA DE CONTRATO E OS ENDOSSO INSTITUCIONAIS

Foi realizada uma segunda entrevista com um profissional de arqueologia de contrato que é formado em museologia pela Universidade Federal do Bahia (UFBA) que teve seu contato com a arqueologia através de um professor que o convidou para um projeto e ele deu continuidade desde então. Atualmente ele possui uma empresa de Arqueologia preventiva e trabalha diretamente com licenciamento ambiental e Arqueologia preventiva.

Segundo o entrevistado, a área de atuação dele é mais pelo Estado da Bahia, porque já conhece os contextos ambientais, o que acaba facilitando a questão dos trabalhos de campo. Cita que conhecer o contexto de ocupação humana facilita muito as tratativas.

O entrevistado P3 explicou como ele escolhe uma IGP e citou a localização do empreendimento como um dos fatores, além da burocracia nas instituições, como impeditivos na hora da escolha em fazer o endosso institucional. Citou que atualmente ele tem trabalhado em parceria com a Universidade do Sudoeste da Bahia (UESB) junto a um professor da instituição. Teceu algumas críticas sobre a dificuldade na Bahia, que é um Estado muito grande e que possui poucas instituições de guarda. Além da demora no tempo de resposta dos pedidos. “Eu solicito hoje, e aí a instituição demora muito tempo para passar os dados, para passar as informações. Então, esse tempo atrapalha.”, completou o entrevistado P3.

Perguntado sobre como se chega ao valor do endosso nas IGP's ele explicou que normalmente é de 10% do valor do projeto e mais equipamentos, ou acessórios, ou materiais que se façam necessários na IGP's. Tendo a UESB por base em um projeto de prospecção, o valor é fechado e varia entre R\$ 5 mil à R\$ 8 mil reais, dependendo do tamanho do projeto. No caso de salvamento, existe um valor fixo e alguma ajuda estrutural do espaço.

Sobre a falta de espaços nas instituições de guarda ele informou que não conhece nenhum caso pessoalmente e aproveita para citar uma metodologia que utiliza para a coleta do material citando a coleta seletiva dos materiais e seus benefícios para esse caso específico da falta de espaço "Eu acho que a maioria dos arqueólogos percebe que não tem sentido você ficar meses e meses coletando material e criando uma cinta muito grande para encher uma reserva técnica", completou o entrevistado P3. Apesar de nunca ter acontecido com ele já ouviu casos com empresas parceiras e conhecidos onde o empreendimento era muito grande e havia muita coleta e a IGP's pediu literalmente para que o empreendedor construísse outro espaço anexo à instituição para atender o acervo.

Cita que a metodologia de coleta seletiva é feita no campo examinando as peças e tratando a repetição do que está sendo encontrado dessa forma seria possível diminuir o tamanho do acervo baseado em uma triagem prévia. O entrevistado P3 faz um comentário sobre as percepções que ele tem das comunidades em verem seus bens indo para outras cidades:

"Eu percebo que a comunidade, as pessoas das cidades que a gente trabalha, ficam muito sentidas de ver material sendo retirado do seu contexto e sendo levado para outras cidades. Porque você tem instituições que o IPHAN dá credibilidade para essas instituições, permite que elas recebam acervo, e você é obrigado a levar para essas instituições. O que é que eu vejo no interior? Eu vejo que existem instituições que podem receber esse material na própria cidade. Repare, vou tentar ser mais claro. O IPHAN diz, a nossa legislação diz, que o material arqueológico é um bem da união, correto? O material arqueológico é um bem da união. Mas ao mesmo tempo, a Constituição de 88 diz que deve de todos preservar o sítio arqueológico, ou o material arqueológico, e é uma responsabilidade compartilhada. A união tem responsabilidade, o Estado tem responsabilidade, o município tem responsabilidade. Ou seja, a nossa Constituição joga a responsabilidade para todos, mas só quem pode cuidar é o IPHAN. Ou melhor, só quem pode gerir esse patrimônio é o IPHAN. O IPHAN é quem diz para a instituição que ela pode gerir, certo? Pronto. Qual é a minha ideia para descentralizar isso e facilitar que vocês não acumulem acervo em determinados institutos? Eu acho que os municípios devem ter espaços para salvaguarda desse material."

(P3. [março 2023]. Entrevistador: Marcelo Rodrigues Serrão. Remoto, 2023. 1 arquivo .mp3 (40 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta monografia).

Dessa forma ele é a favor que o IPHAN crie modos de o patrimônio fique em seu lugar de origem e não em outras cidades descontextualizadas. Sobre a utilização dos acervos que ele encaminha para as IGPs cita que são trabalhados como materiais de estudos por alunos e pesquisadores nas instituições. Contudo, ele não vê muita utilização dos acervos para a comunidade em geral em poucos casos há uma socialização desses acervos.

O entrevistado P3 pensa que descentralizar facilitaria a questão de acumulação de acervo nos IGPs. Ele acredita que existindo uma guarda compartilhada utilizando os espaços não utilizados pelos municípios ajudaria com a questão de falta de espaço nas RT's. Nessa ótica, os espaços obsoletos pouco utilizados podem ser usados para armazenar, para guardar e salvaguardar acervo arqueológico.

Outro ponto interessante está relacionado a capacitação das pessoas e espaços. O IPHAN poderia ter o papel de capacitador desses espaços municipais e as Universidades Federais como capacitadoras dos profissionais que seriam utilizados nesses espaços cedidos pelos municípios, sendo capazes de manterem esses espaços em funcionamento. Também seria uma forma de aproveitamento de profissionais das áreas de história, museologia, arqueologia, antropologia, dentre outros perfis profissionais.

Tendo sido realizadas as entrevistas com P2 e P3, notam-se os papéis bem distintos onde P2 recebe os materiais emitindo o endosso institucional e P3 fazendo o papel do solicitante. As necessidades e dificuldades também são diferentes sendo o espaço necessário para receber os materiais de forma satisfatória e todos os itens descritos no Quadro 4, exemplos para P2. Já para P3, a dificuldade encontra-se em localizar IGPs que estejam próximas aos projetos além da celeridade no processo de obtenção do endosso institucional.

Existe um ponto de intercessão na dinâmica desses dois papéis distintos onde eu avalio que possa ser benéfico para ambos. Creio que a metodologia aplicada em campo pelo arqueólogo de contrato tenha total influência sobre a quantidade de materiais que serão enviados para o IGP e conseqüentemente influenciando no espaço

e armazenamento. Outro ponto em comum dos dois perfis é o sentimento de que a comunidade deseja a repatriação dos bens coletados e a dificuldade do Iphan em repatriá-las.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa descreveu o processo de guarda de acervos arqueológicos a partir dos endossos institucionais, bem como avaliou a realidade da RT da Universidade do Recôncavo da Bahia, além de identificar as dificuldades institucionais encontradas em relação aos endossos institucionais dos acervos arqueológicos.

Foi analisada a legislação desde o seu início até a vigente no que se refere aos endossos emitidos. Foi vista a forma como a Instrução Normativa 01/2015 e a Portaria autorizativa IPHAN 196/2016 norteiam os procedimentos administrativos para bens culturais acautelados em âmbito federal (tombados, arqueológicos, registrados e valorados) bem como criação de cadastros, fichas, termos e recomendações que visam orientar o IPHAN, os pesquisadores, responsáveis pelas Instituições de Guarda e Pesquisa (IGP) e demais envolvidos na gestão dos bens móveis arqueológicos na conservação de bens arqueológicos.

Foi esclarecido o que é e qual a função do endosso institucional e o histórico de como a legislação e normas foram criadas até chegar no nível de maturidade atual e como ele é aplicado para empreendimentos diversos.

Trabalhado todo esse levantamento inicial de legislação e histórico, a pesquisa buscou os dados disponibilizados pelo IPHAN BA mostrou que a região onde o estudo de caso foi feito nenhuma IGP está apta a receber endosso institucional sem restrição. Além de ter três (3) IGPs inaptas para o recebimento de endossos e apenas seis (6) funcionando com restrições de volume.

A entrevista realizada como estudo de caso a RT da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia mostrou que dos quinze (15) itens que são recomendados pela Portaria 196/2016 apenas 53,28% são atendidos atualmente. Número importante uma vez que a Portaria 196/2016 leva em consideração itens de primordiais que vão desde o ambiente, passando por umidade, iluminação, desastres dentro outros.

Foi visto que a maior dificuldade da RT atualmente na UFRB é “continuar trabalhando” e se não existisse a construção da nova RT, com previsão de entrega para o final de 2023, a existência nas condições atuais seria “literalmente uma aberração”. O entrevistado lembrou que sendo uma universidade vocacionada para pesquisas de graduação e de extensão imaginar que não fosse possível um espaço para todas as

funções existentes atualmente “[...] seria no mínimo, beirar o absurdo” e não reconhecer o propósito do trabalho realizado na universidade.

As sugestões para o problema do acúmulo de materiais nas RTs passam pela descentralização e pela guarda compartilhada utilizando os espaços não aproveitados pelos municípios. Nessa ótica, as áreas obsoletas e pouco utilizadas poderiam ser usadas para armazenar, para guardar e salvaguardar acervo arqueológico. O IPHAN poderia ter o papel de capacitador desses tendo ações nos municípios e as Universidades Federais como capacitadoras dos profissionais que seriam utilizados nesses ambientes cedidos pelos municípios, sendo capazes de mantê-los em funcionamento. Seria uma forma de aproveitamento de profissionais das áreas de História, Museologia, Arqueologia, Antropologia, dentre outros perfis profissionais. Infelizmente não coube dentro no escopo desse trabalho uma tratativa sobre as opções para desobstruir as reservas técnicas contudo entendo que é uma pesquisa necessária em outra oportunidade.

Importante frisar a importância do papel dos museólogos nesse contexto que vai além da trivialidade de suas atribuições, devidamente reconhecidas por lei desde 1984, passando de meramente prezar pela conservação dos acervos, mas ser responsável legal por tal ação.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Joana. Gestão de Acervos: Proposta de Abordagem para a Organização de Reservas. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Museologia, 2011.
- BACHETTINI, Andréa Lacerda. As reservas técnicas em museus: um estudo sobre os espaços de guarda dos acervos. 2017. 513 f. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.
- BARROS, A. J. P. de; LEHFELD, N. A. de. Projeto de pesquisa: propostas metodológicas. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000a.
- BROKERHOF, A.; MEUL, V.; MICHALSKI, S.; PEDERSOLI JR, J. L.. Advancing research in risk management applications to cultural property. In ICCROM Newsletter 33, june 2007. p.10-11. Disponível em <http://www.iccrom.org/pdf/ICCROM_news133-2007_en.pdf>.
- CALDARELLI, S. B., & Santos, M. do C. M. dos. (2000). Arqueologia de contrato no Brasil. Revista USP, (44), 52-73.
- CAMPOFIORITO, Ítalo. O tombamento é um santo remédio. In.: Revista do Brasil, nº 1, Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Ciência e Cultura, Rioarte, 1984.
- COSTA, Carlos Alberto Santos; COMERLATO, Fabiana. Você me daria um “cheque em branco”? Um olhar sobre endosso institucional em projetos de arqueologia. Revista de Arqueologia, Belém, n. 27, p. 115-131, 2014.
- COSTA, Carlos Alberto Santos; FERNANDES, Henry Luydy Abraham. “Joga fora no lixo”? , Revista de Arqueologia: v. 33 n. 3 (2020): Gestão de Acervos Arqueológicos.
- FEBVRE, Lucien. Combates pela história. 3. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1989.
- GUICHEN, G. 2012. Uma prioridade na conservação preventiva: a reorganização das reservas técnicas. III Curso de Extensão Universitária de Preservação do Patrimônio Cultural: tecnologias e Conservação. Porto Alegre: ACOR-RS, UFRGS, Prefeitura de Porto Alegre.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Centro Histórico de Iguape /SP. Dossiê de tombamento. São Paulo: Superintendência do Iphan em SP, 2009.
- LIMA, Tânia Andrade. “A Arqueologia no Meio Empresarial”. Atas do Simpósio. Goiânia: UNICAP de Goiás, 2002.
- MICHALSKI, Stefan. Reference manual for the CCI-ICCROM-ICN. Risk Management Method. Ottawa: CCI, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MILHEIRA, R. G.; PEIXOTO, L. S.; CALDAS, K. V.; AZEVEDO, P. A. G. 2017. Manual de gestão da reserva técnica sob a salvaguarda do LEPAARQ – UFPEL. Revista Arqueologia Pública, 11 (2), 25-42.

OLIVEIRA, A. P. DE et al. Para além das quatro paredes: uma reflexão sobre os desafios das instituições de guarda de material arqueológico. Revista FUMDHAMentos, v. XVII, n. 1, p. 99–100, 2020.

PAIVA, B. C. Portaria Iphan Nº 196/2016: Reflexões, Desafios e Perspectivas da Salvaguarda do Patrimônio Arqueológico. FUMDHAMentos, vol. XVIII, n. 2, p. 119-137, 2021.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. 277p.

SIMÕES, Débora de Souza; SILVA, Letícia Ribeiro Ferreira da; CHECCHI, Natália Carvalho de Oliveira; RODRIGUES, Robson. O papel dos endossos na musealização da arqueologia: Interface público/privado no museu de arqueologia e paleontologia de Araraquara (MAPA), Revista de Arqueologia: v. 33 n. 3 (2020): Gestão de Acervos Arqueológicos.

VASCONCELOS, M. L. C.; ALCÂNTARA, T. M. 2017. Com quantas caixas se faz uma reserva técnica? Um relato de experiência sobre a gestão dos acervos arqueológicos no MAE/UFBA. Revista Arqueologia Pública, 11(2), 153-165.

ZANETTINI, Paulo; MORAES WICHES, Camila A. Arqueologia Preventiva e o Ensino de Arqueologia no Brasil. Revista Habitus, v. 12, n. 2, p. 239-256, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/4079/2330> .

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

BRASIL. ICOM. Código de Ética 2009. 22/03/2023 às 11:43 http://icom.org.br/wp-content/themes/colorwaytheme/pdfs/codigo%20de%20etica/codigo_de_etica_luso-fono_iii_2009.pdf

BRASIL. Conama. RESOLUÇÃO CONAMA Nº 001, de 23 de janeiro de 1986.

BRASIL. IPHAN. Instituições de Guarda e Pesquisa – 19/03/2023 às 10:41. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/patrimonio-cultural/patrimonio-arqueologico/instituicoes-de-guarda-e-pesquisa>

BRASIL. Instrução Normativa IPHAN nº 01, de 25 de Março de 2015 - 16/12/2021 às 11:40. http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/INSTRUCAO_NORMATIVA_001_DE_25_DE_MARCO_DE_2015.pdf

BRASIL. Instrução Portaria IPHAN nº 196, de 18 de Maio de 2016 - 16/12/2021 às 12:40.

[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria Iphan 196 de 18 de maio 2016.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria_Iphan_196_de_18_de_mai_2016.pdf)

BRASIL. LEI Nº 11.904, DE 14 DE JANEIRO DE 2009 – 27/05/2023 às 11:41. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2009/lei-11904-14-janeiro-2009-585365-normaatualizada-pl.html#:~:text=Os%20museus%20de-ver%C3%A3o%20promover%20a%C3%A7%C3%B5es,material%20e%20imaterial%20da%20Na%C3%A7%C3%A3o>

BRASIL. IPHAN. Sobre legislação referente à preservação e gestão do patrimônio arqueológico. - 01/03/2023 às 09:40. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/legislacao> .

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA E MUSEOLOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o Sr. para participar como voluntário da pesquisa **RESERVAS TÉCNICAS, GESTÃO DO PATRIMÔNIO e MUSEUS**, desenvolvida no âmbito do Curso de Bacharelado em Museologia da Universidade Federal de Pernambuco, que está sob a responsabilidade do pesquisador **MARCELO RODRIGUES SERRÃO**, com endereço RUA JOAO CLEMENTINO MONTARROYOS, 126, APART 101, CASA CAIADA CEP 53130390 / TELEFONE: (81) 99591-8025 E-mail: marcelo.serrao@ufpe.br . A pesquisa tem a orientação da Museóloga Doutora **ANA CLÁUDIA SANTOS**, Telefone: (81) 9 9938-8758, e-mail: anaclaudia.santos@ufpe.br.

Todas as suas dúvidas podem ser esclarecidas com o responsável por esta pesquisa. Apenas quando todos os esclarecimentos forem dados e o senhor concordar com a realização do estudo, pedimos que rubrique as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma via lhe será entregue e a outra ficará com o pesquisador responsável.

O senhor estará livre para decidir participar ou recusar-se. Caso não aceite participar, não haverá nenhum problema, desistir é um direito seu, bem como será possível retirar o consentimento em qualquer fase da pesquisa, também sem nenhuma penalidade. Destacamos que não há nenhum risco ao participar dessa pesquisa, sobretudo, os relacionados a sua saúde. Caso sinta algum desconforto, sinta-se à vontade para interromper e/ou suspender o procedi-

mento. A sua participação colaborará com a nossa compreensão em relação à gestão dos acervos arqueológicos advindos dos endossos institucionais, de modo que, os benefícios se referem a discussão sobre uma política que pode contemplar a preservação, a guarda e a disponibilização desses acervos.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

DESCRIÇÃO DA PESQUISA E ESCLARECIMENTO DA PARTICIPAÇÃO: O Trabalho de Conclusão de Curso situa-se no campo da gestão das reservas técnicas, mais precisamente em relação aos materiais advindos de endossos institucionais. Dessa forma o voluntário participará de uma entrevista em que responderá um questionário baseado na PORTARIA N°. 196, DE 18 DE MAIO DE 2016, mais especificamente aos 15 subitens do item IV. “Quanto à Reserva Técnica (RT)”. A participação do voluntário será feita de forma individual, remota /online através de videoconferência ou ligação telefônica. Estima-se que a quantidade de encontros fique entre um (1) ou dois (2), tendo em média uma (1) ou duas (2) horas. Serão solicitadas fotografias das dependências enumeradas no questionário onde o voluntário enviará ao pesquisador.

Esclarecemos que os participantes dessa pesquisa têm plena liberdade de se recusar a participar do estudo e que essa decisão não acarretará penalização por parte dos pesquisadores. Também não haverá nenhum tipo de pagamento e nenhuma cobrança para a sua participação. Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa (com a realização de entrevista e cessão de imagens), ficarão armazenados no computador pessoal do pesquisador e disponibilizados para a **UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**, sob a responsabilidade de **MARCELO RODRIGUES SERRÃO** e **ANA CLAUDIA SANTOS**, no endereço **ACIMA INFORMADO**, pelo período de mínimo 1 ano, após o término da pesquisa.

Em caso de dúvidas relacionadas aos procedimentos que serão adotados para o desenvolvimento da pesquisa, por favor, entre em contato com o pesquisador e/ou sua orientadora.

Diante do exposto, declaro que as informações sobre o estudo foram apresentadas e que dou o meu consentimento para que eu possa participar da pesquisa. Também autorizo a publicação, com fins científicos, das informações que serão por mim cedidas.

Marcelo Serrão

(Pesquisador responsável)

Ana Cláudia de Araújo Santos

Museóloga - COREM 0281-I

(Orientadora)

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO

Eu, _____, CPF _____, abaixo assinado, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com o pesquisador responsável, concordo em participar do estudo **RESERVAS TÉCNICAS, GESTÃO DO PATRIMÔNIO e MUSEUS**, como voluntário (a). Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo(a) pesquisador (a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade (ou interrupção de meu acompanhamento/assistência/tratamento).

Local e data: _____

Impressão
digital

Assinatura do participante: _____

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e o aceite do voluntário em participar. (01 testemunhas não ligadas à equipe de pesquisadores):

Nome:
Assinatura:

APÊNDICE B – TRANSCRIÇÃO – ENTREVISTADO 1 - UFRB

Entrevista realizada via Google Meeting dia 13/03/2023 às 09:03h.

P1 – Entrevistador

P2 - Entrevistado

[00:00:01] P1 Beleza, professor, tudo bom?

[00:00:03] P2 Tudo ótimo, e contigo?

[00:00:05] P1 Por aqui está tudo bem, já comecei a gravar.

[00:00:07] P2 Perfeito.

[00:00:09] P1 Bom, antes de qualquer coisa, eu gostaria muito que você se apresentasse. Primeiramente, uma coisa pessoal, depois uma coisa mais profissional, e mais em relação à reserva técnica, o que você faz exatamente lá, entendeu? Primeiro, só uma apresentação básica.

[00:00:35] P2 Eu sou [...], [...], professor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia desde 2008, portanto, esse ano fazem 15 anos que eu estou na instituição. Eu trabalho nas áreas de museologia e de arqueologia, notadamente com os processos interdisciplinares entre acervos arqueológicos e museológicos. Trabalhei muito tempo no licenciamento ambiental, ainda na esfera da portaria 230. Depois que entrei na universidade, parei de trabalhar com licenciamento ambiental e conheço os trâmites do ponto de vista institucional, das instituições de acolhimento e guarda de acervos arqueológicos.

[00:01:24] P1 Beleza. Vamos começar pelo básico. Como eu já tinha conversado contigo, todo o meu TCC é voltado às reservas técnicas, e a nossa participação aqui é mais referente à 196. Tem uma parte específica dela que fala sobre reserva técnica, e a gente achou por bem conversar com uma pessoa que seja responsável por uma, e a gente ir trocando uma ideia em relação a isso. A primeira coisa sobre reserva técnica que é interessante a gente saber, no meu caso aqui para a

minha pesquisa, na reserva técnica que você acompanha, é apenas uma, ela tem mais de uma localidade, é desmembrada? É tudo num único local? Como é que funciona?

[00:02:34] P2 Vamos lá, eu trabalho primeiro para classificar o que vem a ser reserva técnica dentro dos protocolos oficiais do IPHAN. As reservas técnicas, aquelas que recebem acervos arqueológicos, são aquelas que, instituições que são liberadas pelo IPHAN para a guarda oficial de matérias arqueológicas. Antigamente, você apenas precisava se apresentar como guardião de acervos arqueológicos, e o IPHAN fazia a liberação. Desde a instrução normativa 01/2015, que esse panorama mudou. O IPHAN foi obrigado a fazer a fiscalização e cadastramento das reservas. E nesse âmbito, nós já tínhamos o cadastro anterior, antes dessa condição, e a partir de 2015, nós passamos a integrar a lista de instituições de guarda do IPHAN. Eles fizeram a fiscalização e nos liberaram para fazer guarda. Nós não somos um museu, não somos uma instituição de visita, nós somos um laboratório que atende a dois cursos de formação dentro da universidade. Que é o laboratório de documentação e arqueologia. Documentação, porque ele atende as áreas de documentação museológica do curso de museologia. E também atende a pós-graduação em arqueologia e patrimônio cultural. Dessa forma, ela tem essa função didática por trás, é o mote principal dela, mas também faz guarda de reservas arqueológicas. Então, nesse sentido, é um espaço de formação acadêmica. Lá você tem estudantes que fazem pesquisas de seus TCCs, pesquisas de instituição científica, tem mestrandos que fazem seus trabalhos de mestrado também lá. Mas também nós fazemos isso a partir de material que a gente recebe de guarda. E basicamente a gente tem feito guarda a partir de dois grandes horizontes. Primeiro, aliás, três, perdão. Coletas assistemáticas, material que é encontrado sem o controle arqueológico, é encontrado involuntariamente, mexendo solo, as pessoas encontram e acabam mandando pra gente. A gente recebe autorização de urgência do IPHAN para fazer a guarda. E nós temos trabalhos que são resultantes de pesquisa dos professores da universidade, eu, professora [] e o professor [], que somos os três arqueólogos. E tem trabalhos que vêm da arqueologia por contrato, que a gente faz a partir do endosso institucional. A gente recebe também esses acervos de maneira muito seletiva. E aí já digo a razão pela qual nós falamos em seletiva. Nós recebemos acervos das pessoas que aceitarem as condições de guarda que nós apresentamos. Se não aceita, nós não damos o

endosso, não temos nenhum tipo de interesse em receber endosso que nos gere acervos, que são desqualificados, tanto do ponto de vista da salvaguarda quanto do ponto de vista da informação. Nós entendemos que acervos arqueológicos são acervos científicos que devem continuar sendo utilizados para o desenvolvimento da ciência, para o desenvolvimento do conhecimento. Então, se ele vem de forma desorganizada, ele também não vai servir para nada. Vai ser um acervo sem contexto. Então, para a gente, só interessa a guarda se ele vier com condições que permitam a continuidade do uso social e público do acervo.

[00:06:26] P1 Entendi. E a reserva técnica de vocês, ela está... É um único ambiente ou ela está desmembrada? Tipo assim, fica... Sei lá, fica num prédio, fica em outro prédio, fica em prédios diferentes.

[00:06:50] P2 Veja, nossa universidade é muito jovem. Ela foi criada em 2005. O primeiro professor de arqueologia entrou no final de 2006, depois eu em 2008 e depois a professora [...] em 2009. E só em 2010 nós criamos o Laboratório de Documentação e Arqueologia. Portanto, o LADA, como nós o chamamos, tem... Tem, em 2010 para cá, tem 13 anos. Esse ano faz 13 anos. Fazem 13 anos. E... O nosso campus da universidade, que é o Centro de Artes, Humanidades e Letras, no campus de Cachoeira São Félix, como também é chamado, fica dentro de duas cidades históricas. Cachoeira de um lado, de Cachoeira Histórica, na sede histórica da cidade, e do outro lado, do Rio Paraguaçu, São Félix. E nós... Nosso laboratório está dentro de um prédio histórico em Cachoeira. O que é que isso nos acarreta? Dificuldade de crescimento em decorrência de serem prédios históricos. Nós hoje ocupamos uma sala de 22 metros quadrados, muito pequena, em Cachoeira, nas dependências do prédio da antiga Fundação Hansen. O fato é que isso causa limitações imensas para a gente, porque 22 metros quadrados para você dar aula e ainda fazer guarda é muito pequeno. Há muito tempo a gente vem pedindo da universidade que melhore os espaços para a gente. E, por razões diversas, a universidade tem tido que encontrar dificuldade de nos atender. Em 2000 e... Em 2020, mais ou menos, nós recebemos um grande endosso institucional que nos conseguiu dar uma grana importante, que fez com que a gente entrasse junto à universidade no debate mais forte de ocupação de um prédio que a universidade comprou uns 10, 12 anos atrás, que é o prédio da antiga... Do INSS. Esses INSS que são as caixas que você encontra iguaizinhas em

todo lugar do Brasil, que são todas construções brutalistas da década de 50, década de 60. E nós temos prédios com essa característica lá em São Félix, em Carmo Muritiba, em Santo Amaro. E a universidade comprou 87% do prédio do INSS de São Félix. Então, nós passamos com a verba, nós passamos a discutir espaço com a universidade e nos foi conseguido um espaço maior, um espaço de 115 metros quadrados em São Félix, onde vai funcionar o laboratório reserva, que nesse momento está em licitação para a construção. Mas veja, para a gente conseguir isso, nós tivemos que conseguir o dinheiro da reforma. Então, agora, esse ano, a previsão é que até o final do ano a gente já tem um espaço melhor para ocupar e nesse espaço, parte dele será destinada à reserva.

[00:10:06] P1 Perfeito. E esse espaço que existe hoje, ele é exclusivo para a guarda dos acervos ou vocês também fazem outro tipo de atividade? Sei lá, análise, higienização?

[00:10:19] P2 Tudo se faz lá.

[00:10:21] P1 Tudo junto?

[00:10:22] P2 Os acervos que nós coletamos, a gente faz a limpeza, análise, acondicionamento, tudo lá. Os que nós recebemos de endosso já vêm com essas condições estabelecidas. Quando chega para a gente, ele já chega atendendo uma série de protocolos que nós estabelecemos para a guarda, que são os mesmos que nós cumprimos dentro do laboratório.

[00:10:46] P1 Tá. Me fala o seguinte, professor, o ambiente existente hoje, você falou que é um prédio antigo. É um prédio antigo. Como que é o acesso a ele? A reserva técnica fica no térreo, fica no subsolo, fica no primeiro andar? Como é que o acesso é simples?

[00:11:10] P2 A atual reserva nossa fica no térreo, no anexo da Fundação Hansen de Cachoeira, do prédio Hansen Bahia, que fica atrás da Igreja Matriz. Mas, para ter acesso a ele, ou você entra, porque o prédio é um comodato, ele é um prédio da Entursa, não é um prédio da universidade, que está cedido à universidade por comodato. Ele entra em uma Entursa, que é uma autarquia do governo de estado

da Bahia, a Fundação Hansen Bahia e a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Então, é um prédio que está incomodado com três partes. Então, parte do prédio, do térreo, parte significativa do térreo é utilizada pela Fundação Hansen Bahia, o primeiro andar, o segundo andar e parte das dependências que tem no fundo desse prédio, seria a área de quintal, fica utilizada pela universidade. Nós estamos em uma sala que fica nesse anexo, atrás do prédio Hansen Bahia, do térreo. Só que nesse espaço tem as aulas, tem análise dos materiais, preparação daqueles que são produzidos pelos pesquisadores da própria universidade e acondicionamento. Nós vamos mudar para esse outro prédio que fica em São Félix, portanto, a um quilômetro mais ou menos de distância de onde está esse agora. Nesse outro prédio, nós vamos ficar no segundo andar, afastado do chão, numa situação melhor de posicionamento em relação à insolação, ventos, essas questões de conservação que a gente já conhece bastante bem. Então, nesse prédio, a gente vai ficar no terceiro andar, com área, com acesso exclusivo, a escadaria para chegar nela é exclusiva, para circulação de acervos, com melhor condição de guarda, com condições mais adequadas de guarda, com separação do acervo das áreas de circulação de pessoas, você tem áreas específicas para acervo e áreas específicas para laboratório e trabalho. Então, as condições mudam. Hoje, são altamente inadequadas, eu diria. Muito brevemente, elas estarão bem mais adequadas. Entendi.

[00:13:35] P1 Aí vem aquela pergunta que a gente sempre costuma reparar, é sobre umidade e temperatura do prédio atual. Você falou que não é o ideal. Tem alguns...

[00:13:46] P2 Altamente úmido. Vamos lá. Como eu disse, Cachoeira é uma cidade que está à margem do rio São Francisco, do rio Paraguaçu, perdão, e São Félix também. Isso cria condições... E estar no térreo, à margem do rio, eu estou a 100 metros do leito do rio. Isso faz com que a gente esteja muito próximo do lençol freático. Muito próximo. Eu estou falando de acima do lençol freático, 1,5 metros, 2 metros. Então, a gente está muito baixo. Isso faz com que a gente tenha condições de umidade ascendente muito flagrantes. Não bastasse isso, nós estamos em um quintal que, como todo quintal histórico português, faz divisa com outros quintais. O quintal que fica atrás dessa sala tem árvores. Essas árvores caem em frutos. Eu estou falando de fruta pão, não sei se você conhece. Fruta pão tem um tamanho de 30, 25 centímetros.

[00:14:46] P1 É bem grande. É um fruto grande.

[00:14:48] P2 Imagina isso caindo no telhado. Então quebra o telhado. E aí tem que resolver o problema do telhado. Por causa disso, não poucas vezes nós temos umidade também que desce pela chuva. Aí temos que resolver esses problemas. Há coisa de dois anos nós conseguimos promover o corte dessa árvore, que causava todos esses problemas no telhado. Mas, ainda assim, a gente tem um problema de umidade ascendente muito voraz, diria. Muito marcado lá. Que faz com que o espaço seja inadequado para a guarda. E é justamente esse tipo, esse é, eu diria, o fator fundamental. Porque não é só o fato de ser inadequado para a guarda de acervos. É, sobretudo, inadequado para a presença de humanos. Porque é um espaço que, por estar úmido e você ter que fechar, abrir durante o dia, fechar, esse período da noite faz com que ele crie muito mofo. Então, não poucas vezes para entrar no espaço nós temos que abrir a porta, esperar ventilar bastante, para a gente poder entrar, porque senão se torna impossível ficar lá dentro.

[00:15:58] P1 Entendi.

[00:16:00] P2 E uma das nossas justificativas, por exemplo, de permanência nesse espaço, reside no fato de não ser adequado para ficar pessoas. Por quê? A gente só preserva acervos porque nós temos um desejo de memória, nós temos um desejo de historicidade, um desejo de cultura, de identidade, e esse desejo é antes de tudo de humanos, não é dos acervos. Os acervos são inanimados e eles servem para justificar a existência de humanos e não o inverso. Então, antes dos acervos, as pessoas. Se a gente não tem condições físicas mínimas para manter pessoas, não tem por que preservar acervos. Para a gente não inverter o ônus e acreditar que os acervos são mais que os indivíduos. Não são. Não podem ser nunca. E, nesse caso, a ideia é essa. É que esses acervos saiam de lá para que ele possa se prover uma melhor conservação dele e, sobretudo, a permanência dos indivíduos nos mesmos espaços.

[00:17:02] P1 Entendi. E a questão da temperatura, é um local quente também? Tem ar-condicionado? Como é que funciona?

[00:17:09] P2 Como eu disse, é um lugar que tem muita umidade ascendente, então a gente mantém permanentemente ligado, com as portas fechadas, quando é o caso, sobretudo quando a gente não está dentro da sala, o desumidificador, não o ar-condicionado, o desumidificador. Que a gente não tenha acervos sensíveis, não temos ossos, não temos material que seja perecível. O nosso material é basicamente cerâmica, louças e rochas. Então, a temperatura não é um grande fator que vai prejudicar esses acervos. Mas a umidade é. Não tanto os acervos, mas mais o material de documentação dele. Etiquetas, fichas, enfim. Então, a gente mantém permanentemente ligado o desumidificador. O ar-condicionado, nós não temos nesse espaço.

[00:18:01] P1 Você falou que é muito próximo do Rio. Já aconteceu caso de alagamento?

[00:18:07] P2 Já. Pela chuva.

[00:18:09] P1 Inclusive dentro da sala?
Ah, sim.

[00:18:11] P2 Porque lá, na década de... Até a última grande cheia que teve em Cachoeira, quando tinha cheia, essa era uma área que era bem afetada pela cheia, pelo menos dois metros d'água, no mínimo. Mas de 89 para cá, da década de 80 para cá, isso foi diminuído por causa de uma construção feita pelo governo do estado na cabeceira, pouco acima, 2, 3 quilômetros acima de Cachoeira, que é, no caso, a montante de Cachoeira, que é a barragem de Pedra do Cavalo. Essa barragem foi construída em 80, 84, 87. Em 87, ela foi fechada para represamento d'água. E a última cheia que ocorreu foi em 89, por causa de administração equivocada da barragem. Mas de lá para cá, depois foram colocadas equipes mais... Tecnicamente mais preparadas, e a barragem se mantém hoje bastante segura em termos de enchente. Então, de 89 para cá, mesmo com cheias, a montante do rio, do lago artificial da barragem, não houve mais enchente, porque eles liberam o volume d'água de maneira controlada, para que não haja enchente nas cidades ... [inaudível]... da barragem. Então, nós não temos de 89 para cá, e, portanto, como a gente é de 2005, nunca tivemos enchente. Nosso problema maior é que, como a gente está muito próximo da beira do rio e é uma área plana, quando você tem chuvas mais torrenciais, enche mesmo. O volume d'água descendo do rio faz com que isso incha. Eu estou

falando de 10 centímetros d'água, portanto, o chão fica alagado. Isso acontece, sim. Já teve alguma vez esse tipo de cenário. Como a gente já sabe que isso pode acontecer, a gente não mantém nada no chão.

[00:20:07] P1 Sim, isso dentro da reserva. 10 centímetros dentro da reserva.

[00:20:10] P2 Dentro da reserva.

[00:20:12] P1 Sobre o espaço atual, a gente sabe que espaço a gente sempre quer mais, não é? Mas como é hoje? Hoje o espaço atende... Não, não atende. Hoje, vocês já estão fazendo a mudança, já estão prevendo essa mudança, mas o atual não atende de jeito nenhum, não é?

[00:20:30] P2 Não atende de jeito nenhum. São 22 metros quadrados. Imagina que a gente dá aula para graduação, 20 alunos de graduação nesse espaço, com guarda de material, com mesas de análise. Imagina o cubículo que é. A gente não coloca mais de 20 alunos dentro do espaço por causa disso, por causa que é muito pequeno, entendeu? E fora que os pesquisadores estão lá permanentemente trabalhando. Quando não tem aula, tem pesquisa. Tem pesquisadores, tem bolsistas. Então o espaço já não atende as demandas dele há muito tempo. Ó, só para você entender, este espaço de 22 metros quadrados atende uma graduação inteira, eu estou falando de quatro entradas de 50 alunos em quatro anos, uma entrada a cada ano. Então você tem aí um volume perspectivo de 200 alunos para se atender, mais o mestrado que tem 20 entradas por ano, em um intervalo de dois anos. Portanto, a gente está falando de 40 alunos. A gente está falando, no mínimo, de um potencial de atendimento de 240 pessoas ao longo, distribuídos aí durante os dias. Então, 20 metros quadrados não é nada para isso. Para você pensar em pesquisa, pensar em aula, pensar... Então, há muito tempo, mas há muito tempo a gente está exigindo a universidade. O nosso planejamento futuro, a gente demorou muito para conseguir esse espaço de 115 metros quadrados, já conseguimos, já é garantido para nós, e já está em reforma, já no projeto executivo de preparação. Mas o nosso plano é conseguir um financiamento grande para construir um espaço que não seja só uma reserva, mas também seja uma área de exposição, para que a gente possa ampliar esse potencial de trabalho nosso, porque a gente tem equipe. Esse é o interessante. Nós

somos três arqueólogos, mas acabamos de concursar mais um, deve estar tomando posse durante essa semana. Então, seremos quatro arqueólogos, mais dois técnicos específicos, dois museólogos, mais etnógrafos, mais técnicos de restauração, restauradores, tudo isso já é quadro profissional que nós temos dentro da universidade, mas não temos os espaços. Por quê? Por causa da escolha da universidade e se colocar dentro de uma cidade histórica que causa limitações imensas para crescimento. Então, a ideia é que a gente saia desse espaço, porque ele é absolutamente inadequado, absolutamente pequeno para as nossas necessidades. Mais do que os acervos, o que os acervos vêm como um bônus dessa nossa atividade é imaginar que são espaços de pesquisa, ensino e extinção. Então, para as próprias funções precípuas da universidade, esse espaço é pequeno. Por si só. Imaginem ainda se pensar em guarda de acervos. E a gente faz, ainda tem eles.

[00:23:28] P1 Entendi. Você estava comentando que esse fluxo de pessoas que frequentam a reserva técnica, 200 alunos na estimativa, mais 20 do pessoal da pós-graduação e tal. Existe algum tipo de controle sobre mochila, quem pode entrar, se não pode, existe alguma regra?

[00:23:53] P2 Sim, existe. Existe. Como é um espaço de guarda e análise material, nós temos protocolos de entrada que levam em consideração, sobretudo, a entrada de alimentos e volumes. Dentro do laboratório, os alunos deixam um guarda volume que tem fora e dentro ele entra o aluno e o material didático dele. Isso é um controle que nós temos. Da mesma forma, alimento não entra lá, por ser espaço de guarda. Então, a gente não permite que se leve resíduos de alimento lá dentro para evitar a circulação de insetos, sobretudo, baratas, formigas, essas coisas que a gente sabe que tem um efeito danoso sobre o material de guarda. Então, nós temos protocolos. Nós temos também os protocolos de ingresso de material. Estabelecemos como ele deve ser documentado, como ele deve ser analisado, como ele deve ser salvaguardado, acondicionado, encaixotado. Todos esses procedimentos nós temos estabelecidos previamente.

[00:25:01] P1 Entendi. Agora, sobre... A reserva atual, ela fica no térreo. Não tem aquela preocupação com o peso de imobiliário, sobrepeso de algum tipo de acervo. Isso você não tem hoje. Isso está previsto para o próximo prédio? Porque ele fica no segundo ou terceiro andar, não é isso?

[00:25:30] P2 Segundo andar. O próximo prédio, esse também não é um problema pelo seguinte, ele é um prédio feito para grande circulação de pessoas. É um prédio INSS. Então, ele é... Inclusive, no andar que a gente está, no passado, funcionavam os arquivos do INSS. Então, é uma estrutura já feita para suportar peso de grande impacto. Então, nesse sentido, essa não é uma preocupação nossa porque o próprio prédio já era estruturado para isso.

[00:26:03] P1 Entendi.

[00:26:04] P2 O terceiro andar era o arquivo. Entendi. O que nós não sabemos, e aí é uma coisa que a gente só vai saber no futuro, é como a gente está no último andar, em cima de nós tem uma laje, em cima da laje, um telhado. O que vai ser a nossa relação com o telhado? A gente não vai ter o problema de agora, que é uma umidade ascendente, mas teremos telhado. Não sabemos como não estamos no telhado, não sabemos como ele está sendo preparado para escoamento de água, de chuva. Então, isso é uma coisa que a gente só vai descobrir no futuro. A princípio, parece que não teremos esse problema, mas não sabemos. Isso é só quando a gente estiver dentro do espaço e convivendo com ele no dia a dia. Mas isso é um outro problema para a consistência e conservação. Ou você está muito próximo do solo ou muito próximo do telhado. Nós não ficamos no meio.

[00:27:00] P1 Entendi. Bom, a reserva atual, ela fica um espaço único, como se fosse uma sala inteira. Não é particionada, não. É um ambiente só. A nova, ela vai ser particionada? Sim. Vai ser possível, por exemplo, você colocar climatizações diferentes nos espaços para determinados objetos? Por exemplo, um objeto tal precisa ser com 15 graus. Outro objeto... Enfim, tentar separar... Seria possível isso?

[00:27:37] P2 Eu preciso dar uma explicação adicional para entender o princípio que nós seguimos. Nós não trabalhamos, primeiro porque a ideia de climatizar espaço, de artificializar a ambientação de espaço, a preservação, ela é, hoje, do ponto de vista da conservação, considerada extremamente obsoleta. Hoje em dia, é moderno se pensar em conservação de forma sustentável. E o que isso quer dizer? Significa que é melhor você acondicionar o acervo a situações nas quais ele se ambiente ao meio onde ele está, e você controla a circulação dessa ambiência do que você

artificializar o ambiente. Então, por princípio, nós não iremos climatizar nenhum tipo de espaço. Ele vai ter que ser... Vai ter que seguir a própria ambiência do local. Então, o que nós fizemos para a escolha desse espaço? Ver o lado de insolação, para que a gente não tenha insolação afetando os acervos, ver circulação de ar, ou seja, quanto mais possibilidade de circulação de ar, controle de luminescência ambientalmente sustentável, melhor. Então, a gente se afastou desses protocolos que levam a artificializar o ambiente e buscamos aqueles que levem ao controle do ambiente pelas próprias características do local. Então, por exemplo, a gente saiu do solo. Isso já tira da gente um problema, que é a umidade ascendente. E aí eu já aponte para você que existe um potencial, outro problema, que talvez não exista, que é o do telhado. Umidade descendente vinda da chuva, mas isso é um problema que a gente só vai saber no futuro. Por enquanto, parece que ele não existe. Isso já tira dois problemas. A umidade que vem de baixo ou de cima. Então, a gente mantém a umidade natural da atmosfera. Isso é o controle que a gente quer. Umidade da atmosfera, retirar ele de condições em que ele tem insolação direta, retirar ele em condições em que ele tenha mais umidade do que o ambiente pode fornecer naturalmente e manter ele com ambiência natural que evite criação de mofo, criação de bactérias, criação de insetos, de todas as naturezas. Então, o que a gente faz é controlar as condições naturais de conservação sem artificializar o ambiente. Esse é, por exemplo, o raciocínio que usa hoje a escola de conservação do SECOR, da UFMG, que é a principal escola de conservação do Brasil. Então, veja, parece uma coisa antiga, antiquada, mas se você perceber, os museus que mais preservaram seus acervos não tinham ambiência. Os museus da Dinamarca, os museus da França, que têm acervos de material, por exemplo, os mantos tupinambá que nós temos hoje no Brasil só estão porque estão lá e eles são conservados há mais de quatro séculos sem artificialização, só com controle de ambiência. Então, é possível, é possível e é ambientalmente sustentável. Então, a gente não tem plano nenhum de artificializar nada do ambiente para acervos. A parte que lida pessoas, talvez, haja necessidade de ar-condicionado.

[00:31:08] P1 Perfeito. Você também comentou sobre o acesso das pessoas, que elas são proibidas de levar alimentos lá para dentro. Isso. Então, quer dizer, a questão de lixo orgânico dentro é zero, não tem nenhuma.

[00:31:24] P2 Zero não é pelo seguinte, porque você está lidando com

alunos e alunos, eventualmente, acontece de a gente ver ele levando e aí a gente tem que chamar atenção e tudo mais, mas, de modo geral, não entra. No outro prédio, como esse prédio é um anexo, então você tem muita circulação de pessoas na frente, não dentro da sala. No próximo prédio, toda a circulação vai ser vedada, inclusive a escadaria que chega ao laboratório é isolada para ele, a entrada lateral chega nele, é só para ele, então entrará nesse espaço quem tiver questões propositivas com ele, ou vai ter aula, ou vai fazer pesquisa, ou vai fazer extroversão, ou seja, quem não tem finalidade ali, não entra. Isso já muda bastante o cenário nesse novo ambiente, mas a gente evita por ser justamente um espaço de guarda, a circulação de alimentos. Acontece, às vezes acontece de a gente ter um aluno desavisado que vai lá, apesar de você fazer todos os protocolos de aviso, ter o aviso lá na parede, é proibido a entrada de alimentos, mas acontece de vez em quando alguém desavisado entrar.

[00:32:40] P1 Ok. Sobre limpeza, como é feito a limpeza? É feito com, sei lá, balde de água, pano umedecido, existe ralo no local para poder escoamento de água? Como é que funciona?

[00:33:04] P2 Dentro da reserva atual existe um ralo, mas não é adequado o que tem, é porque também é um espaço que é adaptado, então não era para ser. E o que a gente conseguiu, é que o nosso serviço de limpeza da universidade é terceirizado. O que nós conseguimos em diálogo com a gestão do centro e com a empresa é que os funcionários que fazem a limpeza do espaço da reserva fossem antes treinados por nós. Então, por exemplo, para ele entrar e fazer a limpeza, dia de fazer a limpeza das estantes de guarda com as caixas de guarda de material, a gente vai estar lá, ou a gente ou algum estudante mais experiente que já esteja com a gente há mais tempo trabalhando, fazendo acompanhamento para a limpeza. E o chão é limpo apenas com pano úmido, sem vassoura para levantar poeira ou água escorrida, isso a gente não permite. E como a equipe da limpeza tem o acompanhamento nosso, seja pela instrução ou por eventualmente ter alguém acompanhando, eles já sabem os protocolos que tem que seguir para fazer a limpeza lá.

[00:34:19] P1 Ok. Você falou do ralo. Esse ralo é fechado? Ele é vedado?

[00:34:24] P2 Fechado.

[00:34:25] P1 E tem algum ponto de água, torneira, próximo do negócio?

[00:34:30] P2 Tem, porque é um laboratório.

[00:34:31] P1 Ele tem água?

[00:34:33] P2 Tem, sim. Tanto nesse quanto no outro. Porque é da natureza do trabalho com acervos arqueológicos. Você, na parte do laboratório. Hoje, como há tanta reserva quando o laboratório é conjugado...

[00:34:47] P1 Tem.

[00:34:48] P2 Então, de um lado estão as peças, do outro estão as pias com o material de tratamento. No novo espaço, isso vai ficar separado, inclusive, por ambiente. E lá o espaço é dividido em três ambientes e uma antessala. Então, vão ser dois ambientes apartados. Vão ser as reservas e a antessala. E na ala de laboratório, onde ficam as pias, serão separadas. Hoje, é junto.

[00:35:19] P1 Sobre o acesso, propriamente dito, às portas. São portas de tamanho padrão, dessas de 2,20 por 80? São portas específicas? São portas grandes?

[00:35:35] P2 Lá no laboratório do Hansen, são duas portas, uma porta de duas bandas, de 80, de 1,60 de abertura. E uma janela grande de vidro, de correr. E no novo prédio, uma lateral inteira de janela. Ele tem a parte de laboratório. Dá uns 70 metros e em uma das reservas dá mais 4 metros de parede. 70 metros quadrados e em uma das paredes dá 6 metros todo de janela. Em outro, a parte da reserva tem uns 20 e poucos metros e tem também uma parede toda de janela de correr. A entrada para esse laboratório, para esse espaço, é por uma porta de um metro, por 2,10. Mas a gente pediu abertura de uma nova porta lateral como uma espécie de entrada de serviço, um acesso suplementar. Tanto para a reserva, para que haja circulação de pessoas por fora, que não passe pelo laboratório, sobretudo quando esteja em aula, e outro para a sala, como se fosse um acesso de serviço. Então, a gente vai aumentar a quantidade de entradas, controlada, diga-se de passagem, é por isso que a gente está escolhendo os locais específicos para ela, para que a gente possa ter

essa dinâmica de uso de espaço independente do uso de um ou outro momento da sala.

[00:37:09] P1 Entendi. O mobiliário que vocês utilizam lá, são bancadas?

[00:37:17] P2 Temos, para análise dos materiais, nós temos bancadas do tipo daquela que se usa em refeitório, aquelas grandes com bancos, por causa do trabalho de análise, aquelas com formica em cima, e as estantes que guardam as caixas são estantes de aço.

[00:37:44] P1 Entendi. E elas têm aquelas rodinhas embaixo para puxar?

[00:37:49] P2 Não. Nesse espaço que está hoje não tem como rodar.

[00:37:53] P1 É bem pequeno, não suportaria.

[00:37:55] P2 No novo espaço vai ter. As bancadas vão mudar o padrão, tanto de bancada quanto de cadeira. A previsão é mesas de 1,10m de altura, então bastante alta com aqueles banquinhos de bar. Porque em laboratórios de pesquisa, de modo geral, você tira o conforto para a pessoa ficar sentadinha, para a pessoa ficar trabalhando de modo geral. No máximo, com banco alto, você encostado ali. Justamente porque a função dele é você trabalhar e não ficar.

[00:38:30] P1 Entende? Qual é a previsão para a nova reserva técnica?

[00:38:34] P2 Nesse ano.

[00:38:35] P1 Você acredita que até no final do ano?

[00:38:37] P2 Deus queira. É assim que nós queremos. Temo isso. Não tem garantia de nada.

[00:38:44] P1 Entendi. Agora é o seguinte, professor. As perguntas que eu tinha para fazer, eu já fiz. Agora é o seguinte, me interessa muito eu saber, aquela pergunta que a gente costuma lembrar quando a gente fala em reserva técnica, qual é a maior dificuldade de reserva técnica? No caso, a sua reserva técnica. Você já

está prevendo que vai ter uma nova. Mas imagine que a nova ainda não fosse realidade, não fosse se concretizar no final do ano. Qual seria a sua maior dificuldade com a atual?

[00:39:26] P2 Continuar trabalhando. Porque a gente está há mais de dez anos dentro desse espaço. Temos feito um trabalho, sem nenhuma falsa modéstia, competente naquilo que a gente desenvolve. E isso não acontecer seria literalmente uma aberração, não do ponto de vista da reserva, mas do ponto de vista do empenho dessa comunidade para as funções da universidade. Nós trabalhamos muito, nós criamos o mestrado, todos partindo de um laboratório de 20 metros quadrados. Imagine isso? Eu estou falando de um grande empreendimento, criar uma pós-graduação. Aprovar uma pós-graduação na Capes não é algo que nasce do dia para a noite, é um trabalho de anos para você construir e fazer isso. E aí você não ter a mudança de espaço, a gente permanecer ali é literalmente jogar um balde de água fria em todos os esforços institucionais que nós fazemos para o desenvolvimento dessa área na Bahia. Só para você entender, a arqueologia, a formação em arqueologia é algo que foi ausente na Bahia durante muitos anos. Se tentou na Universidade Federal da Bahia se fazer uma pós-graduação, uma concentração em arqueologia via o mestrado de ciências sociais e depois a pós-graduação, mestrado, doutorado em ciências sociais e depois pela antropologia e foram iniciativas que acabaram morrendo, dando com os burros na água em decorrência de não conseguir apoio da universidade. Nós conseguimos fazer isso via a Universidade Federal do Recôncavo. Nós hoje temos uma pós-graduação, uma formação continuada em arqueologia. Então a gente tem um esforço de preparação de pessoal que não justifica não termos um espaço para trabalho. Mais do que pensar na reserva, porque a reserva é um dos aspectos que nós trabalhamos. Nós somos uma universidade, portanto nos vocacionamos para pesquisa e sim extensão. E por acaso, em decorrência da natureza de nosso trabalho, a reserva é uma necessidade. Então imaginar que a gente não teria um espaço para todas as nossas funções que seja mais adequado àquilo que nós somos, no mínimo, beirar o absurdo. O absurdo, literalmente, é não enxergar o propósito do trabalho dessa comunidade, da universidade. Então fecha as portas, não tem sentido se manter. Se isso acontecer, fecha as portas. Porque a gente está, literalmente, disposto a parar. Qual o sentido de você ter os profissionais e não ter a condição de trabalho? Não tem sentido.

[00:42:01] P1 Entendi. E é possível fazer um levantamento da quantidade dos endossos recebidos?

[00:42:09] P2 É muito fácil.

[00:42:11] P1 Você tem um sistema? Como é que funciona?

[00:42:13] P2 É muito fácil, mas a gente recebe muito pouco. Mas nós recebemos muito pouco. Foi bom você tocar nesse assunto, porque eu gostaria de tocar em outro assunto que hoje afeta a questão dos endossos institucionais. Nós somos instituição endossatária, então estamos do outro lado do diálogo. Dentro da discussão de endosso, você tem pelo menos quatro figuras importantes. Nós temos o IPHAN, que analisa e libera o endosso. Nós temos a instituição que recebe o endosso. Nós temos o arqueólogo que pede o endosso e a empresa que paga o endosso. Então nós temos quatro figuras importantes que lidam diretamente com a questão do endosso. Desses quatro, nós somos a instituição que recebe. Então, quando nós recebemos... Nós recebemos muitas consultas de endosso. Por mês, recebemos pelo menos duas consultas. Só que a impressão que eu tenho é que nós nos tornamos caros para o mercado. Porque nós não estamos preocupados em ser barato. Por que não estamos preocupados? Porque não adianta a gente receber acervos que a gente não vai ter condição de manter. Então, se não nos é dada as condições mínimas para que a gente continue *ad eternum* tomando conta desse acervo, a gente não tem que pegar. Porque é irresponsável fazer isso. Só para você entender. Quando a gente entrega... Eu posso até passar esse documento para você. Quando a gente entrega uma proposta de endosso, a nossa proposta já sai da seguinte maneira. O cara vem. Olha, eu queria o endosso de vocês. A gente diz. Perfeito. A gente recebe. Nunca negamos. A gente recebe. Entretanto, a gente quer saber quanto é o projeto. Queremos o contrato do projeto. Nós teremos participação do projeto de 10% do valor do projeto, mais todos os aditivos que ele vier a ter. Isso indiferente da conservação do material, da documentação e da necessidade de ampliação, reformulação ou qualquer coisa que seja necessária para a manutenção dos acervos. Então, 10% é o patamar de saída. Aí ele vai dizer. Mas sai caro. Sai caro para quem? Porque a instituição de endosso, aquela que recebe os museus, instituições de guarda e pesquisa, quando recebe o endosso, elas terão a responsabilidade eterna de tomar conta desse acervo. Então, não tem sentido eu não estabelecer na

entrada, porque depois que termina o endosso, o arqueólogo vai embora, a empresa vai embora, o IPHAN diz que a responsabilidade é da instituição de guarda e quem fica com a peteca eterna na mão é a instituição de guarda. Então, se a gente não estabelece, e eu sei que é toda essa cadeia operatória que leva a geração dos acervos arqueológicos, vai desaparecer quem vai ficar com o filho na mão é a instituição de guarda. E curiosamente, nós não somos legalmente o agente primário de preservação desses acervos. O agente primário de preservação desses acervos é a União. Isso é artigo 20 da Constituição e artigo 23 é dever do Estado. Aliás, o patrimônio arqueológico no artigo 220 é considerado bens da União e no artigo 23 é dever do Estado tomar conta do acervo da União. Quem diz isso não sou eu, é a Constituição da República do Brasil. E por sua vez, na lei 3924, se você for lá, você vai ver que o acervo da União é de competência do IPHAN tomar conta. É no artigo 28 dessa lei, 27 ou 28, não vou lembrar agora de cabeça, que vai se determinar a possibilidade de subdelegação da guarda sob supervisão do IPHAN. Ou seja, se o agente primário é IPHAN, quem tem que prover recursos para isso é o Estado brasileiro. E nós somos secundários, nós somos delegados, subdelegados, porque o agente primário está dizendo, “Olha, vocês podem guardar em nome da gente”, tanto que eles criam condições para que a gente guarde. Então, o Estado brasileiro tem, do ponto de vista lógico, deveria ter obrigações com essas instituições de guarda, mas ele não tem. Ele trata as instituições de guarda como se fosse obrigação nossa tomar conta e não é, porque nós não somos agente primário. Então, se ele não pode dar dinheiro, que ele regule a maneira que chega, mas o Estado não faz isso. O que é que ele faz? Ele faz a instituição de guarda para negociar de forma direta com o empreendedor, que não tem interesse nenhum em preservação, que é uma questão capital para eles. Eles querem tomar conta, querem ter lucro, fazer empreendimento e cair fora, e faz com que a gente entre num processo de negociação comercial com o empreendedor. Então, para que a gente evite isso, nós estabelecemos que que são os valores de entrada. Se o projeto é um milhão, a gente vai receber no mínimo 100 mil de entrada e as outras condições depois. Aí você vai dizer, é porque a gente quer dinheiro? Também! Porque esse dinheiro ajuda a pagar bolsas, ajuda a estudar esses acervos que chegam, ajuda a manter eles, entendeu? Ele não pode ter outra aplicação que não seja pelo benefício do acervo arqueológico, que seja a condição *sine qua non*. Não pode ter outro uso de recursos de endosso que não seja isso. Então, como nós

somos muito, diria, “cri-cri”, muito chatos na recepção de endosso, nós somos a instituição endossatária da Bahia menos requisitada, porque os arqueólogos já sabem, “eles exigem demais”, é como eles dizem, nós exigimos demais. Então, nós recebemos poucos endossos. Então, que endosso a gente recebe? Aqueles agentes institucionais, daquelas empresas que têm interesse, tem função social no fim, por exemplo, um dos endossos que está permitindo agora que a gente reforme esse espaço foi vindo da gente por uma instituição chamada Instituto Cobra Azul, que é do Ceará, e ele fez um trabalho no norte da Bahia e o acervo tinha que vir para a instituição baiana. Eles nos escolheram. Eles sabiam que nós éramos “cri-cri”, que nós somos caros para os padrões do mercado, mas eles vieram para a gente e disseram, “olha, nós queremos porque vocês têm função social e pública com os acervos”. Então, nós temos responsabilidade social sobre aquilo que fazemos, por isso nós queremos trabalhar com vocês, porque aqui a gente sabe que vocês têm pessoal, têm condições, é isso que a gente quer. Então, veja, para que a gente conseguisse receber, teve que ter um pensamento ético conservacionista, preservacionista por trás para que a gente receba. O outro endosso que a gente está recebendo, esse endosso foi de 2018, e recebemos efetivamente ele em 2020, no meio da pandemia. A gente está recebendo outro endosso esse ano, com volume de recursos também relativamente bom, mas com a mesma condição. Então, as instituições que estão no dia a dia da arqueologia por contrato não têm o mesmo interesse na gente, porque no final a gente torna ela pouco competitiva, e elas entraram nessa roda viva da sobrevivência e acabaram esquecendo as funções sociais que levam à preservação do acervo arqueológico. Por que a gente preserva assim? Por que legalmente tem instituído isso? Porque há um fim social, público, um fim difuso, um fim coletivo que está por trás da noção dessa preservação. Então, a gente não preserva porque é bonito preservar, porque é dilatante, mas porque há nesses acervos a presunção de que haja neles questões de cultura, de identidade, de memória, de historicidade, de antiguidade, tantos outros valores quanto a gente puder dar. Então, a preservação é condicionada à função social pública do acervo. E se a gente não consegue prover os meios de manutenção que levem a atingir essa função, a partir das nossas funções princípios, como universidade, pesquisa, inscrição, ação afirmativa e todas essas coisas que a gente já conhece, não tem sentido a gente receber. Então, a gente nega não porque a gente nega, a gente nega porque as pessoas não nos querem. Então, no final das contas é isso. Porque a gente se tornou caro para o mercado. E aí, aqueles colegas que

diminuem a régua para receber acervo, estão recebendo. Então, se você fizer um levantamento, você vai dizer, ah, o Lada da universidade não recebe, por quê? Minha resposta é essa. E isso eu falo em qualquer fórum, viu? Pode colocar isso tranquilamente que eu não tenho medo de falar isso não. Isso eu falo nos eventos de arqueologia, isso eu falo para o IPHAN, falo para todo mundo. Nós não baixamos a régua, portanto, a gente não recebe endosso. Para a gente receber endosso, tem que ter o agente social que tenha responsabilidade pelo que faz. E tem uma coisa que é interessante, que é um outro detalhe que é fundamental de entender esse cenário. Esses dois endossos mais volumosos que a gente recebeu, derivam de empreendimentos com recursos internacionais. Por que esse detalhe é fundamental para entender? As empresas internacionais, além da contratação do arqueólogo que vai fazer o trabalho da empresa de arqueologia, ela contrata uma espécie de fiscal dele para cumprimento da legislação internacional e brasileira. Então, se você apresentar uma proposta de endosso institucional lá no bojo da contratação, que se entenda que aquilo não vai fazer com que aquele empreendimento cumpra as funções dela na preservação do patrimônio, a empresa nega, ela prefere pagar mais. Olha que loucura. No Brasil, é a inversa lógica dos empresários brasileiros. Quanto menos eu puder fazer, melhor. Então, eles vão pela concorrência mesmo. Se você está pedindo três endossos, então eu vou contratar o Twitter e foda-se o que vai acontecer. Desculpa o palavrão. O que vai acontecer depois, entendeu? Então, isso é um ponto fundamental que tem a ver com a mentalidade empresarial brasileira também. Não vou dizer que todos são assim, mas os exemplos que a gente tem, a gente foi protegido naquilo que a gente pedia para endosso, não por causa das empresas, mas por causa do empreendedor que diz, não, isso não vai fazer com que a gente cumpra a legislação. Eles têm uma visão de responsabilidade, eles são empresários como qualquer outro, mas têm essa responsabilidade de fazer, que é muito mais acirrada nessas empresas que vêm de fora, nessas incorporações, do que as empresas brasileiras, entendeu? Isso é interessante se notar. Quando a gente tem um endosso aceito, isso decorre sempre de uma condição de proteção que antecede a gente. A gente é protegido pela maneira que a empresa atua e não pelas empresas de arqueologia. Algumas sim, outras, na maioria, não. Então, e isso é um, viu Marcelo? Isso é um contrassenso, porque, vamos lá, por que os acervos arqueológicos estão protegidos constitucionalmente? Por causa de todas aquelas razões que eu já coloquei aqui. Então, por princípio, o Estado brasileiro devia poder prover as condições que levem à guarda. E o que ele

faz? Diz que faça um endosso. Um endosso é uma carta comercial. E ele se exime dessa condição de endosso. Então, o IPHAN não quer saber se você está cobrando 30 centavos ou se você está cobrando 3 milhões para fazer uma guarda. Porque se você tiver um papel que diga que você vai receber a guarda, pronto, a instituição já assumiu a responsabilidade. Então, veja, qual é a sacada jurídica do IPHAN? É cotizar a responsabilidade, passa para o outro. Você assinou o endosso, então você está dizendo que está assumindo. Você está endossando. E o endosso é uma carta de transferência de responsabilidade institucional. Então, ele criou um instrumento jurídico que tira a responsabilidade dele. Então, no dia que cobra o IPHAN, a gente pede mais. Não, mas ele assinou o endosso, dizendo que recebe. Entendeu qual é a sacada jurídica? Então, é confortável para o IPHAN largar as instituições à míngua. No final das contas, é essa a verdade. Então, nós estamos à míngua porque se a gente não cria esse mecanismo de ser chato, a gente não consegue fazer guarda de forma, diria, civilizada dos assentos arqueológicos. A gente vai fazer qualquer coisa. E a instituição que está fazendo isso está sobrando. Não ando visitando os espaços, mas tenho relatos horrorosos de condições de guarda péssimas de assentos. Então, se for para duplicar as dificuldades que a gente tem, eu não quero ter. Prefiro não fazer guarda. Entendeu?

[00:54:51] P1 Entendi, professor. É complexo. Essa visão empresarial com certeza acontece. Também tem outra coisa que o pessoal acha muito, que eu escuto, é sobre o tempo que demora a troca do papel. Isso também influencia na decisão de quem ele iria fazer o contato do endosso.

[00:55:23] P2 Posso lhe garantir que esse é o menor dos problemas dessas empresas. Posso lhe garantir que o maior problema deles não é nem o tempo de emissão do endosso, é o valor de emissão. Isso aí eu posso lhe garantir. Com certeza. A facilidade que se tem. Quanto menos institucionalizado a entrada de dinheiro, mais rápido o endosso. Então, existe aí um quê de institucionalidade por trás dessa tratativa. Porque se você pensar, o endosso é uma carta de responsabilidade comercial. Para assinar o endosso de maneira responsável, você tem que ter no mínimo uma equipe jurídica fazendo análise do que está se endossando, porque é uma carta de transferência de responsabilidade. Quando você endossa, você está dizendo que aceita aquilo. É a mesma coisa que o fiador, só para fazer um paralelo. Se o cara

não paga, o fiador paga. Então, você assume uma dívida sem saber porquê você foi fiador. O endossatário é exatamente a mesma coisa. Se um arqueólogo é irresponsável, você está endossando o que ele está fazendo. Então, se você não tiver condição mínima de análise do que você está endossando, você está assumindo a responsabilidade do outro. Por isso que nós somos chatos, porque nós temos uma análise prévia. Inclusive, só para você entender, os nossos endossos, eu não faço via instituir. Para você ver quanto a gente responsabiliza a instituição por aquilo que a gente faz. Os nossos endossos, quem assina é o reitor da universidade. Quando nós estamos negociando o endosso, nós entramos em contato com o gabinete do reitor, explicamos o que está sendo feito, porque a gente já tem um protocolo mais ou menos negociado com a pró-reitoria de planejamento e a pró-reitoria de administração. Então, a gente sabe o que pode negociar dentro das nossas esferas de responsabilidade. Uma vez negociado e acertado, a gente manda tudo para a universidade, o reitor assina aquilo e na sequência, *pari-passu*, é feito todo o protocolo de convênio entre a empresa e a universidade para recebimento dos acervos. Então, veja, nós criamos uma responsabilidade institucional para que haja, porque a gente está falando de acervos constitucionalmente protegidos, acervos da União. Não cabe a mim um professor da universidade estar assinando o endosso. Não é a minha responsabilidade. Então, quando você vê velocidade de recepção de endosso, saiba que há alguma coisa que está saindo do eixo ali, falo isso sem medo nenhum de ser feliz. Alguma coisa está fora do eixo, porque a gente está falando de responsabilidades jurídicas. Então, se alguém está assinando e está recebendo de maneira muito rápida, eu quero endosso para ontem, é porque alguma coisa está correndo por outro caminho. Não estou falando de honestidade ou desonestidade, estou falando que está correndo por outro caminho e não institucional. Há um quê de institucionalidade quebrada aí, para que isso seja rápido assim, entendeu? Porque não me parece fazer sentido eu receber acervos que são segurados por lei com responsabilidades legais, inclusive estabelecidas em portaria do IPHAN, de tudo o que você tem que fazer para fazer a preservação, e você não tem um protocolo mínimo de recepção que mostre que a gente está preocupado com tudo isso. Então, na UFRB nós já recebemos tudo de forma institucionalizada. Isso nos faz... A gente se torna... e veja... A gente já conseguiu, inclusive, a inversão de ônus, justamente para que não haja essa demora. Uma vez que a gente entrou em um acordo entre nós, a empresa, o empreendedor, todos os envolvidos, e a gente fechou, bateu o martelo, é isso que a gente quer? A gente pega, recebe o projeto com

o orçamento e mandamos para a reitoria. A reitoria inicia o processo com a assinatura do endosso pelo reitor, você assina o endosso, entrega o empreendedor enquanto está correndo um IPHAN. A portaria a gente está fazendo um convênio, só para você entender. Então, a gente convenia depois de ter assinado o endosso, justamente para dessa agilidade. Então, a questão não é agilidade. A questão são outros interesses que estão muito longe de qualquer coisa urbana sobre preservação do patrimônio. Estão muito longe. Então, do ponto de vista da instituição, nós somos caros para o mercado. Do ponto de vista da instituição, nós somos burocráticos para o mercado, mas isso para um mercado que é irresponsável, ou um mercado que tem pouco apreço com a função de levar a preservação do patrimônio. Então, para preservar de qualquer forma, a gente também não quer. Por quê? Por que adianta ter um acúmulo de objetos que não vão servir para nada? As pessoas não vão poder estudar, não vão poder entender o dever da humanidade, não vão poder se entender sobre a terra. Então, não tem sentido a gente preservar.

[01:00:06] P1 Entendi. Esse material, os materiais que foram recebidos ao longo do tempo, são utilizados na maior vez. Geralmente, é estudo para os estudantes mesmo.

[01:00:30] P2 Para os estudantes e para os docentes.

[01:00:32] P1 Já aconteceu de alguma instituição, no museu, sei lá, entrar em contato, solicitando, fazendo algum tipo de... Vocês descobriram que tem tais materiais aí, a gente gostaria de fazer uma exposição. É comum isso acontecer?

[01:00:48] P2 Sim. Muito, muito. É comum em dois sentidos. Sobretudo, secretarias municipais de cultura. Muda o governo, entra novas equipes, muito animadas, e logo... Sempre o modelo é esse. No início de novas gestões, aparece uma pessoa de cultura com todas as ideias do mundo, querendo fazer exposição de materiais que, eventualmente, a gente guarda, que vieram de seus municípios. Vou dar um exemplo concreto para você entender. Assim que assumiu o novo prefeito de Camaçari, nós fizemos um... Tem um acervo lá de uma rodovia que corta o município de Camaçari. Eles tiveram notícia, viram a publicação que derivou desse trabalho e souberam que os acervos estavam [inaudível] conosco. E entraram em contato co-

nosco querendo repatriar os acervos para que pudesse ser utilizado em uma exposição. Nós recebemos a equipe da prefeitura, mostramos o que tinha daqueles acervos, e eles acabaram decidindo por não levá-los. Isso acontece, isso é frequente. Isso acontece e geralmente tem a ver com mudanças municipais. Outra coisa que acontece de acesso a esse acervo são nossos estudantes, que a gente induz pesquisas com acervos que a gente já tem no laboratório, para que eles possam estudar de novo esse acervo e gerar publicações, material científico dele, ou pesquisadores de outras instituições que estão fazendo pesquisas sobre temas específicos e vão lá ver a parte dos nossos acervos. São nessas três condições basicamente que há a revisitação desse acervo. Municípios que querem repatriação de material para funções museológicas, pesquisadores que querem acesso para estudar, ver o material e produzir conhecimento a partir dele, e nossos estudantes e nós mesmos, estudantes e pesquisadores da própria UFRB, que revisitam esses materiais para estudar aspectos específicos deles. Nós lá temos a prática bastante consolidada de não deixar os acervos dormir, diria. A guarda não pode ser um fim eterno de ficar encaixotado, mas a gente revisita sempre eles em pesquisas. Interessante essa questão das cidades.

[01:03:05] P1 Digamos que... Vamos pegar esse que você deu o exemplo de Camaçari. Digamos que o pessoal... Nós queremos repatriar esse material. É comum isso acontecer também?

[01:03:21] P2 Não é comum pelo seguinte, porque a legislação que protege a guarda do patrimônio arqueológico é muito restritiva, sobretudo a partir da Instrução Normativa 01/2015, que mudou as condições de registro e previsão de materiais. E a preparação das instituições. Então, ela tem que ser, primeiro, apta junto à IPHAN para que a gente possa repatriar. Como nós somos aptos junto à IPHAN, nós temos, do ponto de vista nosso, quanto mais a gente puder repatriar, melhor. Quanto mais local, melhor. Se a gente pode fazer isso, a gente vai fazer. Não tem dúvida. Não existe acervo que a gente fique com ele na mão. Porque, com certeza, no local dele, vai cumprir melhor a sua função social pública do que dentro do público, do que conosco. Então, nós, por princípio, repatriaríamos para quem quiser. Agora, o que acontece? Sempre que há o interesse, por exemplo, o concreto de Camaçari, quando eles vieram nos procurar, nós apresentamos o que tínhamos e eles apresentaram interesse em levar. O que aconteceu? Eles perceberam que era muito custoso, muito oneroso, muito complicado fazer a preparação das instituições e, depois, cadastrá-la

no IPHAN. Tem uma liberação para a guarda e, então, eles acabaram desistindo. Até porque é um projeto político de quatro anos. Depois de quatro anos, aquilo se esvai e eles não vão perder tempo com isso. Então, eles perceberam que aquilo ia para além dos interesses políticos e desistiram. Fizeram outras coisas. Então, nesse sentido, a gente quer... Eu vou colocar um outro caso concreto. O professor [...] fez a escavação em uma aldeia indígena da Barra Vermelha, Coroa da Barra Vermelha, no sul da Bahia. E, de lá, saíram urnas funerárias. O grupo indígena, por entender que ali estão restos da cultura material de seus parentes, querem que volte. E eles têm todo o interesse. Então, o professor [...] fez o projeto do museu de preparação de guarda. Ele está há mais de dez anos lutando para que haja liberação e preparação do espaço. A comunidade indígena não tem dinheiro para fazer. O IPHAN não libera dinheiro para fazer. E aí há o interesse da repatriação. A comunidade continua ávida por essa repatriação, mas o IPHAN não faz. Então, repatriar é um conceito muito bonito do ponto de vista da arqueologia e da sensibilidade para a função social dos acervos, mas legalmente muito difícil de se colocar em prática. É muito difícil. Não é simples falar em repatriação de matérias arqueológicas pelos condicionantes que a legislação cria para isso, para essa comissão.

[01:06:19] P1 Entendi. Professor, eu acho que é isso.

[01:06:25] P2 Marcelo, se você precisar de qualquer coisa, estou à disposição. Se você quiser complementar algum entendimento do que eu falei, alguma informação, por favor. Eu já mandei para o seu WhatsApp o termo de livre consentimento assinado.

[01:06:38] P1 Beleza. Eu vou fazer o seguinte. Essa nossa conversa que foi gravada, lógico, eu vou escutar ela.

[01:06:45] P2 Você pode usar como você quiser.

[01:06:47] P1 Beleza. Eu vou escutar ela com calma. Ver se ficou alguma coisa para trás. Se ficou alguma coisa, eu anoto, entro em contato de novo, a gente faz só alguns ajustes. E é isso. Beleza? Tá bom. Por enquanto é isso. Muito obrigado, tá?

[01:07:00] P2 De nada. Fique à disposição.

[01:07:02] P1 Valeu. Tchau, tchau. Obrigado. Tchau, tchau. Tchau.

APÊNDICE C – TRANSCRIÇÃO – ENTREVISTADO 2 – PROFISSIONAL DE ARQUEOLOGIA DE CONTRATO.

Entrevista realizada via Google Meeting dia 09/03/2023 às 18:57h.

P1 – Entrevistador

P3 – Entrevistado - 2 – Profissional de Arqueologia de Contrato

[00:00:01] P1 Beleza, já tá gravando. Então, outra vez, eu queria agradecer você pela sua disponibilidade, tá bom? Vamos falar um pouquinho do profissional, o que você já fez, da onde você veio, o que você tá fazendo atualmente, o básico que é sempre bom situar, né? Boa noite, cara.

[00:00:20] P3 Boa noite. Na verdade, eu que agradeço a possibilidade de participar do seu trabalho do TCC. Bom, na verdade, me chamo P3, eu sou formado em museologia pela Universidade Federal do Bahia, e durante a minha formação, durante a graduação, eu acabei conhecendo a arqueologia através do professor [...], e a partir daí, ele me convidou para um projeto e eu não parei mais. Eu até hoje venho atuando em projetos de pesquisa com o professor [...] mas do ano de 2016, 2017 pra cá, eu venho atuando mesmo com arqueologia preventiva. Eu tenho uma empresa de arqueologia preventiva, então hoje eu trabalho diretamente com licenciamento ambiental, diretamente com trabalhos voltados para essa arqueologia preventiva, direcionado para licenciamento ambiental. Então hoje eu tenho parceria com várias empresas e atuo com diferentes empreendimentos, eólicas, solares, construção civil, mineração, então essa é a minha vida profissional na atualidade.

[00:01:23] P1 Perfeito, então o que não falta é rodagem e conhecimento, porque acredito que você já deva ter feito 500 vezes esse contato com diversas instituições de endosso, enfim. Me fala o seguinte, vamos começar do básico. No seu caso, você atende mais a Bahia, o Brasil todo, como é que estão mais ou menos os projetos atuais?

[00:01:55] P3 Então, pelo fato de eu ter trabalhado na Bahia, nos projetos de pesquisa, eu acabei me dedicando mais ao Estado, porque eu conheço as

regiões e conheço os contextos ambientais, e isso facilita na questão dos trabalhos de campo, porque você já conhece um contexto de ocupação humana, então isso permite trabalhar. Mas eu já fiz trabalho também em locais do Nordeste, eu não trabalhei em outros lugares fora do Nordeste, mas aqui a minha atuação é Bahia, mas já fiz trabalho em Alagoas e Pernambuco, por exemplo. Em Jaboatão, trabalhei aí com engenho, uma área que tinha engenho de cana-de-açúcar, e no caso lá também de Alagoas, mas a minha área específica é o Estado da Bahia, essa é a minha área de atuação.

[00:02:40] P1 Beleza. No caso, quando você faz o endosso, você tem o costume de fazer contato sempre com a mesma instituição, são instituições diferentes, depende se é mais perto do empreendimento, como é que é feita essa gestão aí? Por exemplo, você falou que tem um evento que você vai fazer no Morro do Chapéu, por exemplo, antes da nossa gravação aqui, você estava comentando, não sei se é o caso, mas digamos que você precise fazer alguma intervenção e tem alguns materiais que você precise enviar para alguma instituição. Como é feita essa escolha da instituição? É aquela que é mais perto? É aquela que você tem uma entrada mais fácil para você... A gente sabe que existe uma dificuldade, às vezes, de você conhecer as pessoas, às vezes você está com o tempo, a gente trabalha, acredito que você trabalha com projeto, o projeto tem tempo, não pode ser aquele negócio muito enrolado. Me fala mais ou menos como funciona essa escolha da instituição, se é mais perto, se é mais longe, se é pela facilidade de você ter o conhecimento das pessoas, me fala mais ou menos como é que funciona, por favor.

[00:03:55] P3 Certo. Na verdade, você já adiantou vários critérios, eu não tenho um único critério, eu tenho vários critérios dependendo do projeto. Um deles é essa questão que você falou, espacial, da localização. Geralmente o empreendimento está localizado no norte da Bahia, eu vou procurar uma instituição mais próxima, sul da Bahia, Chapada Diamantina, então realmente a questão espacial, ou seja, localização, a questão geográfica, é importante para determinar. Mas, de uns anos para cá, eu acabei criando uma parceria com a UESB, que é a Universidade do Sudoeste da Bahia. Lá na UESB tem o professor [...], ele é arqueólogo, apesar de não ter o curso de arqueologia na instituição, é uma instituição estadual, é a Universidade

Estadual do Sudoeste da Bahia. Então, esse professor Joaquim Perfeito, ele tem um espaço que ele guarda, digamos assim, material arqueológico. E ele conseguiu, junto com a instituição, autorização para assinar endosso institucional. Então, geralmente eu tenho essa parceria com ele porque é menos burocrático. Então, é uma questão de eu ligar para ele, mandar um e-mail para ele, avisar que tem um projeto, ele dizer se ele tem interesse, ele me avisa, a gente fecha o valor, e aí a gente acerta o trabalho. Mas, então, de uns anos para cá, de alguns anos para cá, eu tenho trabalhado com ele, especificamente com a UESB. Uma crítica, uma dificuldade que a gente tem aqui na Bahia, e a Bahia é um estado muito grande, e a gente tem poucas instituições de endosso. E essas poucas instituições de endosso têm determinados obstáculos. Eu tenho dificuldade, por exemplo, de conseguir, devido ao tempo de resposta. Eu solicito hoje, e aí a instituição demora muito tempo para passar os dados, para passar as informações. Então, esse tempo atrapalha. Então, por isso que hoje com a UESB, para mim, é mais fácil. Mas, respondendo de maneira bem geral, eu utilizava o critério geográfico e hoje eu estabeleci uma parceria. Então, basicamente, minha relação hoje com o endosso é com a UESB.

[00:06:09] P1 Entendi. Aí você está falando da questão da parceria. Uma coisa que me veio na cabeça, que eu até anotei. Financeiramente, em relação ao endosso, a instituição, para ela receber esses materiais, ela provavelmente vai cobrar algum tipo de valor. Como é que é isso negociado? Vamos pegar o exemplo desse que você passou. Como é que é negociado isso? É uma estimativa? É pelo tamanho da obra? É pela quantidade de produtos? Quantidade não, porque você ainda não colheu, não pegou. Como é que funciona isso? Como é que chega num valor disso? Isso é dinheiro? Isso é alguma benfeitoria que você oferece? Como é que é feita essa negociação?

[00:07:05] P3 Então, na verdade, eu tenho dois critérios. Eu até ajudei o professor Joaquim Perfeito a criar uma questão estrutural. A maioria aqui na Bahia, ela trabalha com uma coisa muito padronizada. 10% do valor do projeto é cobrado. Então, há um padrão aqui nas instituições de cobrar, para emitir o endosso, 10% do valor do projeto. Então, geralmente, eles pedem o projeto e pedem também o orçamento que foi negociado com o empreendedor. E, a partir disso, eles te cobram 10%.

O que acontece? Na fase de prospecção, que é a fase que você ainda vai identificar no sítio, funciona assim. Apenas 10%? Não. Se você achar material, que é lógico, você tem que complementar esse valor, que pode ser negociado de várias maneiras. Pode ser monetário, pode ser valor a mais, ou pode ser através de doação de objetos, de materiais. Por exemplo, você pode estar doando armários, estantes, caixas, algum equipamento. Então, depende muito da instituição. Em linhas gerais, é o 10% do valor do projeto e mais equipamentos, ou acessórios, ou materiais. No caso da UESB, eu criei um padrão junto com o [...]. Quando é projeto de prospecção, que você vai identificar no sítio, ele me cobra um valor fechado que varia muito entre R\$ 5 mil, entre R\$ 7 mil, entre R\$ 8 mil, depende do tamanho do projeto. Fica variando entre R\$ 5 mil e até R\$ 10 mil, seria a média, certo? Para projetos de prospecção. Quando é um projeto de salvamento, de resgate, eu tenho um acervo já consolidado, aí a negociação aumenta. Porque além de um valor fixo, a gente tem que ajudar na estrutura do espaço. Como eu tinha falado antes, você pode estar doando estantes para armazenar esse material, caixas de marfinito. Na própria exposição, na própria extorveção do material, a gente pode estar custeando agora a exposição. Vou dar um exemplo. Recentemente, eu tive um projeto aprovado de um resgate, aqui na região norte da Bahia. E eu vou pedir o endosso da UESB. Eu já estou vendo com o professor [...] que a gente quer montar uma exposição para a comunidade Vitória Conquista, onde fica a UESB. Então a gente quer montar uma exposição com acervo coletivo. Então vai precisar de recurso, de equipamentos, etc. Então assim que funciona. Quando o trabalho não tem acervo, é um valor que é basicamente 10% do valor. Quando tem acervo, é além dos 10%, tem uma série de outros equipamentos pensados para ajudar na

instituição.

[00:09:51] P1 Beleza, beleza. Vamos seguir uma linha de raciocínio. Beleza, você foi lá, já tem mais ou menos o tamanho do projeto, entrou em contato, deu ok, acertou a parte financeira para a pessoa poder receber, a instituição poder receber esse material. E aí me surgiu uma outra dúvida aqui em relação a você como profissional da área, vamos dizer assim, que você tenha conhecimento. Já aconteceu de acabar o espaço de alguma instituição? Você está acostumado a trabalhar com fulano, fulano, vamos andar aí e “não dá mais porque agora já não tem mais espaço!”. Já aconteceu isso? Isso é comum? O que você tem a dizer mais ou menos sobre esse assunto aí?

[00:10:49] P3 Pois é, comigo nunca aconteceu, porque eu também tenho uma... como eu trabalho muito tempo fazendo trabalho de campo, o que eu percebi? Eu percebi que não adianta você coletar muito material de um mesmo contexto. Eu criei uma forma... criei não. Eu acho que a maioria dos arqueólogos percebe que não tem sentido você ficar meses e meses coletando material e criando uma cinta muito grande para encher uma reserva técnica. Então como é que eu faço? Quando eu conheço o contexto que eu vou trabalhar, eu faço uma coleta seletiva, inclusive eu já adianto para a instituição mais ou menos o quantitativo desse material. Então eu já tenho essa noção de que não vale a pena coletar qualquer coisa e sair fazendo isso. Então eu nunca tive problema com nenhuma instituição no qual o espaço não foi suficiente ou a própria instituição alegou para mim, olha que não tem como, que precisa ampliar. Eu nunca passei por isso, mas já soube de algumas instituições aqui na Bahia que realmente, digamos assim, apontaram que estava com espaço muito limitado e eu soube, por exemplo, não vou citar nomes aqui porque não foi comigo, mas eu já soube de casos em que o empreendimento era muito grande, havia uma coleta muito grande e a instituição pediu literalmente para que o empreendedor criasse, construísse um outro espaço anexo à instituição para poder dar conta desse acervo. Mas no meu caso eu nunca tive isso porque como eu te falei, eu tomei esse cuidado de tentar, inclusive hoje Marcelo, você sabe que o IPHAN ele incentiva a preservação em loco, que o sítio seja preservado lá. Então a gente tenta ver a melhor forma de deixar alguns vestígios na área, dependendo da área se não vai ser tão impactado, para que no futuro também haja um futuro resgate, digamos assim. Mas eu acho que o fundamental é isso, que eu tomo todo o cuidado para não criar uma situação ruim para a instituição de um acúmulo de material, que é uma estratégia, digamos assim, para a gente e também para o próprio empreendedor.

[00:12:55] P1 Entendi, mas é uma coisa muito subjetiva, por exemplo, você está lá, olha os materiais, esse aqui eu pego, mas esse aqui eu não pego. Como é que é tratado isso? Como que você vê? O que pegar e o que não pegar? É pelo tamanho? “Bom, são coisas parecidas”, vamos pegar um jarro, aí você olha, está fragmentado lá, sei lá, um pedaço qualquer, aí você olha, esse aqui eu vou pegar. Como é que é feito isso? Você abriu lá, olhou e falou assim, esse aqui eu vou pegar, mas

esse aqui eu não vou. Como é que você trata isso?

[00:13:33] P3 Então, boa pergunta interessante. Na verdade, é um desafio, mas no nosso caso, o que tem acontecido é o seguinte, como eu trabalho muito na área rural da Bahia, a gente geralmente encontra sítios pré-coloniais, sítios de caçadores e coletores, muito material lítico, ou sítios cerâmicos, seja da tradição *aratuá*, tradição *tupinfa*. O que acontece? O material lítico é muito repetido. Por exemplo, recentemente eu encontrei um sítio no norte da Bahia que a área inteira tinha material lítico detalhado. Se eu fosse coletar tudo aquilo ali, primeiro, eu teria que passar muito tempo coletando e criaria uma serva de, sei lá, 500 peças, das quais haveria uma repetição muito grande. Não tem sentido na minha, no meu modo de enxergar, você coletar 500 peças, aonde pelo menos 300 são repetidas. Então, em campo, você consegue perceber que você tem 300 seixos. Eu não vou levar 300 seixos. Eu posso levar 100 que representam os 300. O que eu sei que eles usam, a matriz, digamos assim, o bloco que eles usaram para fazer os artefatos são muito parecidos, tanto a matéria-prima quanto o próprio formato. Então, não faz sentido coletar tudo. Você pode deixar alguns objetos. E acontece também com fragmentos cerâmicos. Claro que eu estou falando isso para você quando é imorto material fragmentado. No caso da cerâmica, se eu encontrar objetos inteiros, eu não vou deixar vasilhames, não vou deixar urnas inteiras. Mas, infelizmente, os locais que eu tenho trabalhado atualmente tem muita interferência humana, muita antropização, que quebra muito o material. Então, fica muito fragmento. Não adianta eu coletar um monte de borda, por exemplo, e não ter conexão com a parte que sumiu e desapareceu. Então, eu vou ter um monte de borda sem o bojo, porque eu não vou conseguir montar nem a peça. Então, tudo isso depende muito do campo e do olhar que você tem sobre o objeto. Mas o critério que a gente usa é a repetição, que ele aparece repetido, e objetos muito fragmentados, que não tem sentido sair coletando. Claro que, muitas vezes, a gente coleta e no próprio laboratório a gente faz o descarte. Então, tem essa absurda coisa de você coletar e fazer o descarte. Mas, em linhas gerais, a gente toma muito cuidado com a coleta e o acervo, para não trazer muita coisa de necessário. Nesse sentido que, na interpretação, vai dar a mesma coisa.

[00:15:58] P1 Entendi. E o que o pessoal da comunidade está conversando em relação a isso? Está todo mundo, mais ou menos, indo nessa linha aí sua?

Tem o pessoal que é contra, que tem que colher tudo? O que você está vendo? Acredito que você deve acompanhar aí, nesses eventos da SAB. Enfim, o que você está escutando? Qual é o murmurinho? Porque, o pouco que eu já notei, existe um problema. Se não existe agora, vai existir um problema do espaço. Todo mundo vai passar por esse problema do espaço. Tem algumas pessoas, e não pessoas, instituições, que já estão se preparando, olhando já para frente. Algumas instituições públicas não é bem assim que funciona, depende de verba, depende... e as instituições que são particulares, talvez consigam fazer isso. Mas, a questão que eu estou vendo é que, em algum momento, vai ter esse problema do espaço. Imagina o seguinte, você está colhendo lá, num projeto seu, sei lá, 10 mil peças. A outra empresa está com 15 mil, a outra está com mais 10, a outra com 5, com 8. Vai chegar uma hora que, realmente, vai “dar ruim”. Como é que você vê isso? O que o pessoal da comunidade está falando sobre isso? O que você está percebendo?

[00:17:31] P3 É uma questão ainda bem complexa. Na verdade, é assim. Eu também concordo com o que você está falando. Eu acho que vai chegar uma hora que as instituições vão ficar empilhadas, sem muita possibilidade de receber mais material. Mas, essa questão do espaço não está tão relacionada com a quantidade que cada um pega. Essa questão da quantidade que eu te falei é uma estratégia minha, que é uma questão, depois, de interpretação e até guarda, da própria guarda do material. Mas, isso não é um consenso entre todos. E tem contexto que não tem como você não levar muito material. Eu acho que o problema não está aí por incrível que pareça. O problema não está na forma de coleta, e nem como a arqueologia trabalha em campo. Eu acho que o problema está na forma como o IPHAN enxerga as instituições. Por que eu estou dizendo isso? Eu sou um crítico ferrenho com relação a essa centralização do acervo arqueológico em espaços que o IPHAN libera para receber esse acervo. E desconsidera algumas questões simples. Vou te dar um exemplo para você entender, para ficar mais claro. Eu trabalho muito no interior. Imagine você estar no interior, achando uma urna funerária no norte da Bahia. Você tem que levar essa urna funerária... Acho que caiu a sua conexão ou foi a minha?

NESSE MOMENTO CAIU A CONEXÃO

[00:19:16] P1 Não, acho que foi a minha. Voltei agora. Você voltou? Eu voltei agora. Caiu aqui mesmo. Acho que foi aqui. Espera aí. Atenção. Foi? Estou caindo. Você estava falando da urna. Imagine você lá no sertão. Caiu na urna.

[00:19:46] P3 Eu vou te dar um exemplo para tentar, porque é muito confuso o que eu vou falar agora. Eu trabalho muito no interior e vejo as pessoas ficam sentidas de ter... Esse contexto sendo levado para outras cidades. Você está falando da urna, certo? Conseguiu ouvir?

NESSE MOMENTO CAIU A CONEXÃO NOVAMENTE

[00:20:14] P1 Espera aí. Voltou? Caiu de novo. Só um momento. Voltou? Para mim agora voltou.

[00:20:29] P3 Voltou? Então vamos lá.

[00:20:31] P1 Da urna de novo.

[00:20:34] P3 O que eu estava te dizendo foi o seguinte. O que eu percebo? Eu percebo que a comunidade, as pessoas das cidades que a gente trabalha, ficam muito sentidas de ver material sendo retirado do seu contexto e sendo levado para outras cidades. Porque você tem instituições que o IPHAN dá credibilidade para essas instituições, permite que elas recebam acervo, e você é obrigado a levar para essas instituições. O que é que eu vejo no interior? Eu vejo que existem instituições que podem receber esse material na própria cidade. Repare, vou tentar ser mais claro. O IPHAN diz, a nossa legislação diz, que o material arqueológico é um bem da união, correto? O material arqueológico é um bem da união.

[00:21:25] P1 Perfeito, é isso. Exatamente, perfeito, é isso aí.

[00:21:30] P3 Mas ao mesmo tempo, a Constituição de 88 diz que deve de todos preservar o sítio arqueológico, ou o material arqueológico, e é uma responsabilidade compartilhada. A união tem responsabilidade, o Estado tem responsabilidade.

dade, o município tem responsabilidade. Ou seja, a nossa Constituição joga a responsabilidade para todos, mas só quem pode cuidar é o IPHAN. Ou melhor, só quem pode gerir esse patrimônio é o IPHAN. O IPHAN é quem diz para a instituição que ela pode gerir, certo? Pronto. Qual é a minha ideia para descentralizar isso e facilitar que vocês não acumulem acervo em determinados institutos? Eu acho que os municípios devem ter espaços para salvaguarda desse material. Exemplo, em todos os municípios que eu vou, eu vejo espaços obsoletos, que não são usados para nada e que podem ser usados para armazenar, para guardar e salvaguardar acervo arqueológico. Sabe por quê? Porque lá dentro do município, além do espaço físico, você tem profissionais que trabalham em prol do patrimônio do município. Não o patrimônio arqueológico em si, mas o patrimônio do município. Por que esses profissionais que já são concursados não podem ser capacitados para gerir o próprio patrimônio local? Por que esse patrimônio tem que se deslocar de uma cidade para outra para uma instituição tomar conta? Entendeu? Você descentraliza a guarda e você socializa isso muito mais fácil. O problema que a gente tem no Brasil é uma instituição centralizadora, que é o IPHAN, que direciona aonde essa guarda vai ficar e não pensou na possibilidade de oportunizar esses espaços públicos, municipais e estaduais. Você descentraliza e você consegue, você não precisa concentrar objetos em uma única instituição. Eu estou falando do estado da Bahia, Marcelo, que é gigantesco, tem sítio em todos os quatrocentos e poucos municípios. A gente tem seis instituições de guarda. Não dá conta dessa realidade, mas os municípios dão.

[00:23:54] P1 Entendi.

[00:23:59] P3 Eu nunca coloquei isso em eventos, nunca apresentei um trabalho nessa linha. É uma questão de ideias. Eu acho que uma das soluções para não impactar a questão do empilhamento de material na instituição é descentralizar e deixar que municípios também tenham guardas desses assentos. Eu acho que o IPHAN poderia ter esse papel de órgão também capacitador desses espaços, como as instituições museais. Por exemplo, a gente está falando da UFPE, do Pernambuco. Por que a UFPE, no seu curso de museologia, museólogos, não poderiam capacitar municípios, profissionais desses municípios, para serem gestores do patrimônio arqueológico? Eu acho que é uma boa possibilidade.

[00:24:47] P1 Entendi. Mesmo porque abre mercado para arqueólogos, para novos arqueólogos, para museólogos. Uma série de... Indo por essa linha sua, além da capacitação local, tem uma série de museólogos e arqueólogos que... É uma opção de você conseguir trabalho para essa categoria, para a nossa categoria, vamos dizer assim. Você falando aí, eu lembrei de outro item, até anotei aqui na tela. Aí eu vou te fazer uma pergunta, mas sobre estudo desses materiais. Eu sei que depois que você encaminha os materiais e os materiais ficam na instituição, você meio que perde o contato, vamos dizer assim. Depois que está para lá, o que ele vai fazer fica meio complicado. Mas como você tem muito tempo aí de estrada, vamos dizer assim, e você deve escutar o que as pessoas falam, comentam e tal. A minha pergunta é em relação aos estudos desses materiais que você colocou lá. É muito comum, depois que você disponibilizou esses materiais, existir pesquisa para eles, alunos de história, de arqueologia, de museologia, enfim. Utilizar esses materiais para suas pesquisas ou simplesmente eles ficam lá, a “Deus dará”, um belo dia a gente vê o que vai fazer com aquilo. Você tem alguma experiência, alguma história que você possa compartilhar em relação a esses materiais para estudo?

[00:26:43] P3 Posso sim. Com relação ao UESB, que eu tinha dado o exemplo, lá não tem muito trabalho de pesquisa. Porque na verdade o próprio Joaquim trabalha na área de história, não trabalha especificamente com arqueologia. Ele usa, na verdade, o material com os alunos. Então ele aproveita o acervo e usa internamente nas suas aulas, enfim, com os alunos. Apesar de ser curso de história, não tem especificamente lidando com material arqueológico, mas ele utiliza. Isso eu sei, porque de vez em quando a gente tem essas conversas. E além disso, o [...] também tem parceria com outras instituições, no qual ele permite, claro, que o pesquisador vá lá e faça trabalho. Então, hoje, ele me disse recentemente, alguns meses atrás, que alguns pesquisadores de Minas estão indo lá na UESB levar o material para estudo, etc. Então, exige um meio acadêmico, ou seja, pesquisadores que vão lá nessas instituições usar esses materiais como estudo, isso sim. E, às vezes, na própria instituição os alunos aproveitam. Eu esqueci de falar, Marcelo, que aqui na Bahia também, aqui em Salvador especificamente, eu trabalho também com o Laboratório de Arqueologia da UFBA, no qual o professor [...] é coordenador. Aqui, de vez em quando, tem alguns trabalhos que eu faço parceria com ele, e o professor [...] usa muito o acervo também para trabalhar com os alunos. Então, ele pega muito material

que a gente coleta. Recentemente, agora, a gente achou muitos fragmentos de cerâmica *tupi*, e no laboratório ele vem trabalhando com os alunos dele. Ele tem a disciplina de arqueologia, então, também usa. Agora, eu sei muito pouco, eu ouço muito pouco sobre como as instituições usam o acervo para a comunidade em geral. Então, assim, o acervo é utilizado para pesquisa? É. Mas muito dentro da própria universidade, da própria instituição, ou pesquisadores de fora que ficam sabendo, tem acesso ao relatório, tem acesso ao acervo, vai lá e pesquisa. Uma crítica que eu faço às instituições, que eu não vejo aqui na Bahia, é a socialização desses materiais para a comunidade em geral. Isso, eu acho que não acontece aqui na Bahia, pelo menos eu não vejo nenhum trabalho nessa linha. A não ser, minto, eu ouvi alguma coisa recentemente sobre a Uneb, tem a Uneb de Senhor do Bonfim, a professora [...], ela usa também o acervo lá para a comunidade, mas em linhas gerais é mais pesquisa mesmo, pesquisa acadêmica que esse acervo é trabalhado.

[00:29:20] P1 Entendi, legal. É sempre bom conversar assim, porque vai lembrando de outras coisas, né? Eu lembrei de uma situação aqui, que eu não sei nem se acontece, mas vou fazer a pergunta, porque perguntar não ofende. Me fala o seguinte, você citou a Bahia, que é um estado muito grande, não sei quantas cidades e tal, que tem apenas seis instituições. Vamos pegar um outro estado pequeno, sei lá, um Acre, que é mais distante, eu não sei dizer se tem, nem se tem alguma instituição de guarda. Existe no Brasil, pelo seu conhecimento, algum estado que não tenha nenhuma instituição de guarda? E se por acaso não tiver, como esse pessoal faz? Eles mandam para outros estados? Isso é possível? Como é que você vê?

[00:30:19] P3 Certo. Vamos lá. Sobre a primeira pergunta, eu não sei realmente, nunca pesquisei, mas o IPHAN tem, você deve ter acesso, o IPHAN tem a relação das instituições de guarda do Brasil inteiro. Você pode consultar lá o IPHAN, eu nunca tive essa curiosidade, e eu realmente não tenho como afirmar se tem algum estado no Brasil que não emite indústria. Não sei. Mas o IPHAN tem essa informação, então você acha fácil. O IPHAN tem uma relação, inclusive está em Excel, é uma tabela grande. Eu até tenho esse arquivo, que de vez em quando eu uso, eu fiz agora no Piauí, no trabalho, e aí eu fui e consultei, então eles têm. Então o IPHAN tem essa relação, mas eu não sei, nunca tive a curiosidade de saber. Então não sei se todos os estados têm ou alguns estão faltando, não sei. Mas com relação à segunda pergunta,

o que eu sei é o seguinte. Tem na própria legislação, a legislação diz assim, se o estado não tiver condições de emitir um endosso, por algum motivo, vamos imaginar que aqui na Bahia todas as instituições neguem o estudo, o endosso. O IPHAN permite que o estado vizinho emita o endosso, a instituição vizinha. Por exemplo, eu já tive um caso de um trabalho em, acho que Juazeiro ou Curaça, no norte da Bahia, e o endosso era da Univasf do Piauí. Então o acervo foi pra lá. O IPHAN aceitou que a gente fizesse um trabalho em Juazeiro e o acervo fosse pra Univasf e São Raimundo Nanato, no Piauí. Então eu acho que o IPHAN permite, nos casos que o estado não emita por algum motivo, que outro estado emita o endosso. Isso é possível sim, inclusive a legislação permite isso. Desde que o arqueólogo comprove que ele não conseguiu o endosso no estado do empreendimento. Aí o IPHAN avalia e permite que outro estado endossar o endosso.

[00:32:29] P1 E essa avaliação leva em consideração essa aparte geográfica? As vezes, por exemplo, vamos dizer, você falou que pegou em Juazeiro as vezes a instituição da Bahia mais próxima é há 200 quilômetros e a outra que fica do outro lado, sei lá, atravessou o rio, 50 quilômetros, por exemplo. Isso é levado em consideração também, será?

[00:32:32] P3 Eu argumentei isso, Marcelo. O IPHAN, inclusive, quando eu coloquei o endosso na Univasf, o Brasília, o CNA, o Centro Nacional de Arqueologia, mandou lá no parecer o seguinte, olha, a extensão não pode ser a Univasf, tem que ser da Bahia. Aí eu cheguei e questionei, falei, olha, a gente tá trabalhando com o contexto do Rio São Francisco, a Univasf tá do outro lado do São Francisco, e além disso, o coordenador do projeto era professor da Univasf, e aí eu argumentei, e aí o IPHAN acatou a partir do argumento. O meu argumento foi geográfico, ou seja, o contexto era o Vale do São Francisco e o coordenador era da própria instituição. Então não haveria motivo para o cara trabalhar, salvar, resgatar material e levar para uma instituição longe da Bahia, e ele tendo um laboratório de pesquisa dentro da própria instituição. Então isso foi um argumento. Agora não é comum não, viu? Não é comum acontecer isso, o IPHAN aceitar, ele vai primeiro argumentar por que não no Estado. A primeira pergunta que ele vai fazer é, olha, justifique para mim por que não no Estado. Aí logicamente você tem que ter argumentos para isso. Na época a gente

tinha, mas hoje tá mais difícil, porque o IPHAN não tá mais aceitando esses argumentos de ...[inaudível]... e tal, ele prefere dizer que tem que ser dentro do Estado de origem, do acervo. Mas é possível sim, eu já usei esse argumento e funcionou. E a geografia foi, eu não digo nem a geografia, é o contexto ambiental, é o elo de ligação entre o trabalho e o espaço físico. Vamos lá.

[00:34:01] P1 Cara, então. Rapaz, acabamos voando. Trinta minutos, matamos tudo, cara. Deixa eu ver se eu tô esquecendo alguma coisa. Que a coisa foi, fluiu muito tranquilo. A instituição, visão, a solução, as críticas que você fez sobre o funcionamento do IPHAN e a possibilidade, que iria facilitar a questão de descentralizar, essa questão da pré-seleção em loco, era uma pergunta minha, você falou antes da pergunta, eu falei ótimo. É uma curiosidade, eu não sou arqueólogo, mas eu imagino o seguinte, o cara tá lá na frente, tá debaixo do sol, o cara olha aquele monte de peça parecida, como você mesmo falou, aí eu falei assim, poxa, e agora? Eu carrego esse negócio todo, entendeu? É uma coisa que depende muito da metodologia que foi criada em cima disso, acredito eu, e eu acho que também tem uma boa parcela de bom senso na hora de fazer. Eu acredito que todo mundo que trabalha contigo deve ter essa mesma visão, deve ser uma coisa que você deve passar pra todo mundo. Faz “assim”, faz “assado”, é uma coisa, isso eu achei muito interessante. Porque como o meu trabalho no TCC é específico pra reserva técnica, e essa questão do endosso, esse recebimento de material “desenfreado”, vamos dizer assim, eu falei, poxa, beleza, mas ele chega lá, abre aquele monte de peça, enfim, o que eu levo? Eu levo tudo, 100%, fica difícil, por exemplo, tem empresas que trabalham com obras de estrada e rodagem, poxa, sei lá, 50km de estrada, como é que recolhe 50km? Eu sei que não é bem assim, mas vai que é, né? Fica o negócio meio fora de mão, e eu acho isso interessante, essa visão sua de ter esse bom senso na hora de você recolher. Rapaz, tu vai...

[00:36:25] P3 Você fez uma reflexão aí, mas nem todo mundo concorda não, eu já tive vários profissionais trabalhando comigo, que eles discordavam desse tipo de ação, porque, na verdade, como eu trabalho com vários profissionais, eu contrato arqueólogos do Brasil inteiro, e aí alguns falam assim, eu cheguei num lugar, por exemplo, eu vi um balde que o cara tinha coletado com um monte de fragmentos, quando eu olhei o balde, eu falei, cara, você vai coletar esse balde pra quê? Porque

você tem aqui um monte de fragmentos, todos parecidos, com a mesma representação inclusive decorativa, vai servir pra quê? Não, mas é porque tá aqui, mas não é assim, a gente foi discutindo, e ele, com o tempo, isso deu certo, mas não é um consenso não, eu percebo, Marcelo, que muitos profissionais acham que coletar em excesso é vantagem, eles acham que, eles ficam com receio de perder alguma informação, deixando de coletar, mas aí eu acho que vai muito pela experiência e pelo entendimento de onde você tá trabalhando, por isso que eu vou trabalhar muito na Bahia, que eu já sei o tipo de acervo que eu vou me deparar, claro que é bom sempre aparecer uma surpresa, um elemento novo, claro, que a ciência arqueológica é feita assim, descobertas novas, claro, a gente vai lá pra descobrir um novo material lítico, um novo artefato, uma técnica nova, claro, mas quando isso não aparece, ela é repetitiva, eu acho que vai muito pela experiência e pelo conhecimento da área, do contexto que você tá, isso ajuda muito, mas a maioria, eu acho que não concorda com o que eu falo não, eu acho que é o contrário, acho que a maioria pensa, não, vamos coletar, vamos coletar, enfim, mas eu respeito muito o que o outro pensa em relação ao trabalho de campo, mas quando eu tô à frente, eu tento mostrar que tem consequência, no sentido de, não vai mutar nada, a interpretação, a quantidade não muda a interpretação da qualidade do contexto, isso é uma reflexão, só pra te dizer que não é tão fácil não, é um embate, mas faz parte da ciência.

[00:38:24] P1 Claro, claro, eu entendo, eu entendo, rapaz, é isso, eu agradeço você, a conversa fluiu, você foi falando antes de eu fazer essa pergunta aqui, pra mim valeu muito, assim, a conversa com o pessoal da área sempre é proveitosa, você sempre acaba lembrando de alguma coisa que passou despercebido, ou uma visão nova de uma determinada situação. Cara, eu só tenho a agradecer! Muito obrigado aí pela atenção, eu vou rever todo esse vídeo, tá, que a gente fez agora, vou disponibilizar pra você também, vou mandar o link pra você poder baixar, se quiser ver depois com calma, depois eu vou transcrever todo ele, porque tem que ser assim, né, vou transcrever todo direitinho, mando pra você, pra você dar uma olhada, se quiser dar uma revisada, mas por enquanto é isso, se porventura lá na frente eu lembrar de alguma coisa que a gente não conversou, é, ou vem e te perturbo mais um pouco. Tá ótimo?

[00:39:31] P3 Eu fico à vontade, sem problema nenhum, eu fico à disposição. Deixa eu aproveitar e só tirar uma dúvida com relação àquela autorização. Sim.

Eu já assinei, já botei inclusive a data de hoje, e tem embaixo a parte de testemunha, digamos assim, eu só deliberadamente coloquei a minha esposa, que é também arqueóloga, e tal, deixa aí, pode ser ela mesma ou pode ser uma da outra?

[00:39:53] P1 Pode, pode, na verdade, esse item foi que ninguém falou nada sobre ele, acho que era mais você mesmo, e assim, esse aí é um padrãozão que as pessoas utilizam pra liberação, entendeu? Teve alguma coisa lá que a gente teve que tirar fora porque não fazia sentido, se não me engano, veio do pessoal lá de saúde, se não me engano, então tinha umas coisas que realmente não era da nossa área, mas aí eu tive que mandar pro pessoal do departamento, do DAM, eles olharam, blá blá blá, mandaram, passou pela [...] pra chegar em você. Mas é isso mesmo, acho que só você assinar tá tudo certinho, não tem problema nenhum não. Cara, eu tô agradecido, ótima conversa, melhor até do que eu imaginei, de boa, muito obrigado, cara.

[00:40:41] P3 Eu que agradeço, e precisando é só escrever, enfim, que a gente, porque tem coisa que eu falei que é meio truncada, então depois você tira dúvida que eu ajusto mais a informação.

[00:40:50] P1 Perfeito, quando eu já tiver uma data da defesa do TCC, eu mando convite que provavelmente vai ser remoto. Se você ainda estiver lá, pra ver minha cara feia mais um pouco, aí você vai lá e vê, beleza?

[00:41:02] P3 Tá bom, então eu agradeço e parabéns aí pelo trabalho e espero que realmente tenha frutos aí pra gente também.

[00:41:09] P1 Beleza, cara. Valeu, brigadão, tchau tchau, boa noite.

[00:41:13] P3 Boa noite, bom final de semana pra você. Valeu, bye bye. Tchau.